AGROANALYSIS

GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA

VOL. 4 Nº 7 JULHO DE 1980

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
INSTITUTO BRASILEIRO
DE ECONOMIA

ESCOLA ADM EMPRESAS - SP
BIBLIOTECA KARL BOEDECKER
AV 9 DE JULHO 2029/10 ANDAR
SAO PAULO SP
E066

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA

COORDENADOR Tito Bruno Bandeira Ryff

QUADRO TÉCNICO E ÁREAS DE INTERESSE

Pecuária Bovina	Antonio Roberto Marques Gonçalves
Fatores de Produção; Infraestrutura; Sistema de Safras	Bruno Marcus Rangel Pessanha
Mandioca; Cana de Açúcar	Francisco Antônio da Fonseca Menezes
Agroindústria; Algodão	Inês Tereza Lyra
Olericultura; Fruticultura	Iracema Souza Pessôa
Animais de Pequeno e Médio Portes; Feijão	Irene Raguenet Trocolli
Milho; Sorgo; Rações; Serviço de Cadastro	Ivan Wedekin
Oleaginosas; Cereais de Inverno; Metais	Leila Tendrih de Freitas Almeida
Editoração	Lúcia Maria Murat Vasconsellos
Arroz	Fernando Roberto de Freitas Almeida
Moeda e Crédito; Fumo; Café	Régis Norberto da Cunha Alimandro
Serviço de Dados Básicos	Rogério Carneiro Campello
Cacau; Comércio Exterior	Rui Melo de Carvalho

QUADRO DE APOIO

Composição; Montagem; Arte Final	Emerson da Silva Martins
Mensageiro	José de Oliveira Melo Júnior
Secretária	Jorgina L. Lemos
Serviços de Documentação	Maria Eunice Rocha
Datilógrafa	Suely Diniz da Costa
Estagiários	Atila Gomes
	Beatriz Cepelovicz
	Benjamin Grosskopf
	Deborah de Almeida Lima
	Marco Augusto Salles Teles
	Teresa Rietra Pereira

"Agroanalysis" é uma publicação do Grupo de Informação Agrícola do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas, editada com apoio do Banco Central.

Agroanalysis, v. I – , n. 1 –; 1977 –
Rio de Janeiro, Grupo de Informação Agrícola
v. ilust. 30 cm Mensal (jan. a dez.)

1. Agricultura – Periódicos. I. Grupo de Informação Agrícola

CDU 631 (05)

Grupo de Informação Agrícola
Av. Gomes Freire, 647 – 10º – ZC-58
Fones: 232-5001, 232-6827, 232-8678 e 232-2548
Telex: 212-3840 FGVE BR
20.000 – Rio de Janeiro – RJ
BRASIL

AGROANALYSIS

FUNDAÇAO
GETÚLIO VARGAS

Instituto Brasileiro de Economia

ÍNDICE

Páginas

Análise

Energia 2

Inflação 10

Comentários

Arroz 19

Carne 20

Soja 22

Suco Cítrico 24

Panorama Agropecuário

Acompanhamento das Culturas Temporárias 27

Mercado Externo 33

Mercado Interno 35

Preços Relativos 37

NOTA DA EDIÇÃO

Dentre as contribuições que a agricultura pode oferecer à solução dos problemas brasileiros, nos próximos anos, a produção de energia alternativa a partir da biomassa tem sido destacada com freqüência. O Brasil aproveitaria o seu potencial agrícola para romper, pelo menos em parte, o estrangulamento a que está submetido pela excessiva dependência do petróleo importado.

Após um primeiro passo nessa direção, com a criação do Proálcool em novembro de 1975, surge, atualmente, a idéia de iniciar uma nova etapa no processo de utilização da biomassa como fonte de energia, qual seja, a substituição do óleo diesel por óleos vegetais. O momento parece oportuno, portanto, para que se analise a viabilidade econômica e agrícola desse projeto. O estudo da página 2, embora de caráter exploratório, alinha alguns dados numéricos bastante expressivos que permitem, com base em princípios econômicos amplamente aceitos, chegar a conclusões importantes.

A contribuição da agricultura para o combate à inflação é outro tema da atualidade. É interessante verificar, por exemplo, até que ponto as safras deste ano, significativamente mais volumosas, em alguns casos, do que as obtidas em 1979, poderão resultar em desaceleração da alta dos preços de alguns produtos agrícolas. Aproveitando as informações acumuladas em 17 meses de acompanhamento sistemático dos preços dos principais produtos agrícolas, a nível de atacado, assim como a experiência de seus técnicos no que diz respeito à análise de mercados, o Grupo de Informação Agrícola decidiu examinar as perspectivas dos preços, neste segundo semestre, para um grupo de oito produtos agrícolas de grande importância na economia brasileira (pág. 10).

Além desses dois estudos de maior profundidade, este número de "Agroanalysis" apresenta, ainda, comentários sobre Arroz (pág. 19), Carne (pág. 20), Soja (pág. 22) e Suco Cítrico (pág. 24).

ÓLEOS COMBUSTÍVEIS: UMA VERDADEIRA ALTERNATIVA?

A PRODUÇÃO DE ENERGIA ALTERNATIVA A PARTIR DA BIOMASSA, APROVEITANDO O POTENCIAL AGRÍCOLA DO PAÍS, É, CERTAMENTE, UMA DAS SOLUÇÕES POSSÍVEIS PARA A CRISE ENERGÉTICA BRASILEIRA. O PRESENTE ARTIGO MOSTRA, CONTUDO, A PARTIR DO EXEMPLO CONCRETO DA SUBSTITUIÇÃO DO ÓLEO DIESEL POR ÓLEOS VEGETAIS, QUE ESSE APROVEITAMENTO PARA SER ÚTIL E EFICIENTE, DEVE ESTAR SUBORDINADO A CERTOS CRITÉRIOS DE RACIONALIDADE ECONÔMICA E À ANÁLISE CRITERIOSA DE SEUS CUSTOS SOCIAIS.

Os aumentos constantes do preço do petróleo no mercado internacional, a partir de 1973, vêm representando uma carga crescente para a economia brasileira. As despesas com a importação de óleo bruto que, em 1972, representavam 10,25% do valor das exportações, saltaram para 42%, em 1979, e devem alcançar cerca de 55% em 1980 (ver Quadro 1).

Uma parte dessa fatura adicional cobrada ao Brasil pelos produtos de petróleo, tem sido paga, até aqui, mediante o endividamento do País com a comunidade financeira internacional. É claro, no entanto, que esse processo tem seus limites e que, a médio prazo, por razões de ordem econômica e de segurança nacional, o Brasil terá que desenvolver alternativas energéticas que o libertem da excessiva dependência de fornecedores estrangeiros.

Tendo em vista, contudo, a importância vital do petróleo para as necessidades de crescimento do País, as soluções drásticas quanto à redução da demanda de óleo bruto têm de ser desprezadas em benefício da manutenção da estabilidade dos diversos setores da economia. O menor consumo, deste modo, teria que vir como conseqüência da racionalização do uso de derivados de petróleo, sendo desaconselhável o recurso do racionamento na importação ou na distribuição dos combustíveis.

As alternativas racionalizantes existem e, na quase totalidade das vezes, podem ser adotadas por intermédio de investimentos públicos ou privados nos setores onde sejam detectados índices de crescimento do consumo de derivados tidos como indesejáveis, ainda que necessários.

No entanto, os investimentos em infraestrutura de transporte de cargas e passageiros, principalmente nos grandes centros consumidores, enfrentaram óbices derivados da ausência de planejamento básico para determinação das densidades de ocupação e para o escoamento das safras. É bem verdade que o quadro era pouco propício à economia de derivados de petróleo, já que o Brasil atravessava uma fase de crescimento acelerado da produção agrícola e industrial, crescimento este

fomentado pelos baixos preços do óleo bruto e pela abertura de rodovias de penetração,que visavam possibilitar a expansão da fronteira agrícola e a movimentação das safras. Predominou, assim, o modelo rodoviário de transporte (em prejuízo de uma estrutura ferroviária) também facilitado pelo baixo custo relativo de implantação permitido pelo petróleo barato

Com a elevação dos preços dos derivados de petróleo, a redução de desperdícios surgiu, então, mais como prevenção contra o aumento dos custos do que por influência institucional. As economias marginais foram derivadas, no mais das vezes, da regulagem dos motores, da redução das velocidades máximas permitidas em estradas e vias urbanas e da maior eficiência térmica nos processos industriais, sendo esta última em menor escala, já que se defasou o processo de aumento dos preços do óleo combustível, com a manutenção de subsídios.

A utilização de sucedâneos renováveis do petróleo,como forma de conter os prejuízos causados pela elevação de seus preços é, há algum tempo, motivo de preocupação de grande número de países e, mais ainda, daqueles que, como o Brasil, dependem grandemente de fornecimentos externos para a manutenção de suas atividades. Neste contexto, diversas foram as linhas de pesquisa tecnológica abertas, ou ampliadas, com a finalidade de viabilizar técnica e economicamente as alternativas disponíveis.

No Brasil, essa busca de fontes alternativas de energia, forçosamente lenta e onerosa, pois demanda volume considerável de recursos financeiros e acarreta reajustes de preços de caráter inflacionário, tem início com o PROÁLCOOL. E, atualmente, esboça-se um novo desdobramento com a experiência de substituição do óleo diesel por óleos vegetais.

QUADRO 1

Brasil — Exportações Totais e Importação de Petróleo Bruto (1972/80)

ANO	(A) Imp. de Petróleo Bruto (US$ milhões)	(B) Exportações Totais (US$ milhões)	(A)/(B)
1972	409,2	3.991,2	0,1025
1973	710,8	6.199,2	0,1147
1974	2.840,1	7.951,0	0,3572
1975	2.875,4	6.669,9	0,3317
1976	3.612,5	10.128,3	0,3567
1977	3.813,9	12.120,2	0,3147
1978	4.195,8	12.658,9	0,3314
1979	6.403,1	15.244,4	0,4200
1980(*)	11.000,0	20.000,0	0,5500

(*) Estimativa.
Fonte dos Dados Brutos: CACEX.

O governo revela, desta forma, a sua intenção de se engajar mais a fundo na utilização da biomassa como fonte alternativa de energia, aproveitando a potencialidade agrícola do país.

Deve ser lembrado, contudo, que, se por um lado, os preços crescentes do petróleo estimulam a utilização de combustíveis alternativos, por outro lado tornam igualmente viáveis, a nível internacional, os investimentos crescentes em prospecção, perfuração e exploração do produto fóssil, viabilizando reservas consideradas não econômicas e (nos países com maior disponibilidade de capital e tecnologia) deixando cada vez mais próximas as explorações do óleo de xisto betuminoso, do carvão e do hidrogênio como alternativas para a energia atualmente consumida.

Pelo menos em tese, qualquer política destinada a incentivar o uso de fontes alternativas de energia deveria assentar-se nos seguintes princípios básicos:

a) a estratégia de substituição deve contemplar, simultaneamente, os principais derivados do óleo bruto, de modo a resultar em redução efetiva das importações de petróleo. Isto porque imposições de ordem técnica no craqueamento do petróleo bruto limitam a proporções praticamente fixas a obtenção de cada um de seus derivados;
b) o preço pago aos produtores das fontes alternativas de energia deve ser suficientemente remunerador para atrair os investimentos que se fazem necessários ao crescimento da produção;
c) os preços relativos dos diversos produtos energéticos, a nível do consumidor, devem ser de modo a estimular a substituição por parte do usuário.

Álcool: a primeira opção

Por razões de ordem conjuntural ligadas à existência de grande capacidade ociosa na agroindústria açucareira, o país foi levado a conferir prioridade à substituição da gasolina pelo álcool, infringindo, assim, a primeira das regras expostas acima. Em conseqüência, o período de 1975-79 não registrou queda ponderável no volume de petróleo importado pelo Brasil. Ao contrário, as compras externas de óleo bruto cresceram em ritmo superior ao da economia. Ora, a diminuição da dependência do País, em matéria de energia exigiria, necessariamente, a redução gradativa da relação petróleo importado/Produto Interno Bruto. Tomado isoladamente, um programa destinado a aumentar de maneira considerável a produção de álcool só poderia contribuir de forma significativa para aquele objetivo se o álcool fosse um substituto completo do petróleo.

O incentivo aos produtores de álcool, por sua vez, sofreu fortes flutuações ao longo do tempo. Em 1976, logo no início do PROÁLCOOL, o preço foi colocado em nível 20% superior, em termos reais, ao de 1975. Nos últimos quatro anos, no entanto, retornou-se a preços inferiores aos praticados antes do estabelecimento das metas iniciais de produção. Esta queda provocou, inclusive, o desinteresse dos investidores em aderir ao programa. A questão do preço pago aos produtores ganhará maior importância, ainda, no momento em que se efetivar a intenção de estimular a implantação de minidestilarias, como forma de melhor interiorizar e distribuir a renda gerada pela produção de álcool. Se os níveis de remuneração nem sempre são suficientes para viabilizar a implantação de destilarias de grande porte, o que dizer das pequenas unidades em que as perdas processuais são maiores,em função da menor escala de produção?

O recente aumento do preço (+62%) veio recolocar a remuneração do produtor em nível equivalente ao que vigorava em 1976. No entanto, a situação ainda não é totalmente satisfatória, em razão, principalmente, da compressão do preço. Essa compressão, caso persista, poderá acabar prejudicando o fornecimento de matéria-prima para as destilarias autônomas. É preciso ter em vista, finalmente, que o ritmo atual da inflação torna necessária uma política de aumentos periódicos, caso se deseje manter a atratividade dos investimentos para a produção de álcool.

É exatamente neste ponto que a utilização simultânea dos critérios *b* e *c*, para a elaboração de políticas energéticas, pode tornar-se conflituosa, na medida em que preços mais elevados para o produtor se mostrem incompatíveis com o incentivo à substituição pelo usuário. Essa hipótese configura uma situação em que a produção de energia alternativa custa mais caro (em cruzeiros) do que o derivado do petróleo que ela se propõe a substituir e, sendo assim, a diferença deve ser paga pelo usuário (na forma de preços mais altos) ou pela comunidade, mediante subsídio.

Até recentemente, o problema do incentivo à substituição pelo usuário foi escamoteado pelo fato de que a mistura do álcool na gasolina tornava o consumo daquele produto praticamente compulsório. Isso permitiu, durante muito tempo, que o preço do álcool fosse mantido em nível bastante próximo ao da gasolina, insuficiente para motivar o consumidor a incorrer nos custos da substituição. Mas, uma vez atingido o percentual máximo de mistura, esta questão passa a exigir uma atenção permanente dos responsáveis governamentais pela política de preços. Atualmente, o diferencial de preços é bastante acentuado e, caso seja mantido, deverá provocar, a médio prazo, uma aceleração da troca de gasolina por álcool hidratado.

Substituindo o óleo diesel?

A substituição do óleo diesel por óleos vegetais, da qual se cogita no momento, pode ser examinada à luz dos três princípios estabelecidos anteriormente. O fato de que, no período 1972-1978, o consumo de óleo combustível cresceu mais rapidamente do que o de óleo diesel (115% e 98% respectivamente) ressalta,mais uma vez,a necessidade de substituição paralela dos diversos derivados de petróleo. Nesse particular, cabe lamentar o atraso em que se encontram os programas destinados à utilização do carvão mineral ou vegetal como substituto do óleo combustível. As deficiências dos sistemas de transporte, a falta de equipamento portuário adequado ao embarque e recebimento de carvão, a ausência de financiamentos para a conversão industrial visando ao uso desse produto e a demora em implantar sistemas de beneficiamento junto às minas, somadas às indefinições que vêm caracterizando a formulação de políticas nesse setor, têm contribuído para limitar o uso do carvão mineral às próprias regiões produtoras. No entanto, a substituição do óleo combustível pelo carvão é possível na indústria do cimento, nos pólos petroquímicos, nas termoelétricas e em determinados ramos da indústria têxtil e da produção de cerâmica.

Seria conveniente, portanto, que qualquer tentativa de substituição maciça do óleo diesel por outras fontes de energia fosse acompanhada de um esforço no sentido de reduzir a dependência do país com relação ao óleo combustível, atualmente responsável por cerca de 40% do consumo total de petróleo.

Mas é sobretudo quanto à política de preços que devem ser levantadas as objeções mais sérias à substituição do óleo diesel por óleos vegetais. Atualmente, a remuneração do produtor brasileiro de óleos vegetais pode ser considerada satisfatória, embora no caso da soja, seja possível prever uma tendência à redução da margem de lucro do agricultor, nas próximas safras, devido ao acirramento da concorrência no mercado internacional. Em princípio, portanto, não haveria necessidade de nenhum estímulo adicional à expansão da área destinada à produção de óleos vegetais, além do impacto favorável, produzido junto aos agricultores, pela abertura de um novo mercado de proporções consideráveis.

No entanto, obedecendo-se à conveniência de respeitar as áreas atuais de plantio, a necessidade de incorporação de novas terras, para a produção de excedentes carburantes compatíveis com os níveis atuais de consumo do óleo diesel, seria de tal ordem que dificilmente deixaria de ter um impacto negativo sobre os custos de implantação dos projetos. Apenas a título de exemplo, a substituição de 20% do óleo diesel atualmente consumido, por óleo de dendê e amendoim, acarretaria o processamento de uma produção cerca de 20 vezes superior à atual, o que envolveria uma amplia-

ção de 5 a 6 milhões de hectares na área plantada com estas culturas no país. Nesse particular, a situação difere radicalmente do que ocorreu no caso do PROÁLCOOL, cujo desenvolvimento beneficiou-se, até recentemente, da grande capacidade ociosa existente na agroindústria açucareira, o que permitiu que os custos marginais de expansão da produção de álcool fossem, inicialmente, bastante reduzidos.

A nível da indústria, contudo,a expansão da produção de óleo talvez só pudesse ser estimulada mediante um aumento dos preços atuais, pois o crescimento da quantidade de grãos esmagados não deixaria de ter conseqüências negativas sobre a cotação do farelo. Dessa forma, o maior preço recebido pelo óleo compensaria a queda na remuneração obtida com o farelo.

A dificuldade maior, porém, surgiria ao nível do usuário final, já que, no momento, os preços de mercado são incompatíveis com o estímulo à substituição do diesel. A menos, é claro, que se decidisse subsidiar pesadamente os consumidores de óleo vegetal. O litro do óleo vegetal mais barato, no caso o óleo de soja, custa, atualmente, Cr$ 18,88 (preço do óleo de soja bruto no atacado), enquanto o óleo diesel pode ser comprado, a nível de varejo, por apenas Cr$ 15,00/litro.

A situação seria agravada, ainda, pelo fato de que a maior importância econômica do óleo diesel, refletida no seu grande peso nos índices de preços, não permitiria que se adotasse, para estimular a substituição, uma política de preços semelhante à que vem sendo seguida no caso da gasolina. É interessante verificar, a propósito, que os aumentos de preços da gasolina foram, provavelmente, mais eficazes na tarefa de reduzir o consumo do que propriamente a estratégia de substituição pelo álcool. Entre 1975, ano de implantação do PROÁLCOOL, e 1979, o consumo médio de combustível por veículo movido a gasolina caiu de 2.670 l/ano para 1.900 l/ano, ou seja, 29%, percentual esse, superior ao índice máximo de mistura oficialmente autorizado, que é de 20%. Até o fim de 1980, estima-se que a queda nos níveis do consumo por veículo será ainda maior: em torno de 35%.

Relação custo/benefício não é favorável à substituição

Outro aspecto que merece cuidadoso exame, antes que o país se engaje em nova etapa do processo de criação de fontes alternativas de energia, é o que diz respeito à relação custo/benefício de um programa de substituição de óleo diesel por óleos vegetais.

Parece natural que, num país em que há disponibilidade de terras e condições favoráveis de clima para a conversão fotossintética, a opção principal recaia sobre a produção de combustíveis de origem vegetal. Porém, a primeira consideração que fundamenta a opção por uma matéria-prima vegetal, passível de fornecer combustíveis, é relativa ao nível de preço que o óleo bruto deve atingir (seja por utilização desse preço como arma política, ou pelo desequilíbrio crescente entre oferta e demanda,conseqüente da redução de reservas medidas) para que se torne economicamente viável transformar em combustível material originariamente destinado à alimentação ou a processos industriais mais nobres. Por exemplo, foram condições adversas do mercado do açúcar, associadas ao crescimento do preço do petróleo, que fizeram com que se optasse pelo redirecionamento da produção de matéria-prima com a finalidade de produzir álcool carburante.

Nesse sentido, o crescimento da produção de álcool respondia não só às necessidades de substituição energética mas, também, ao imperativo de disciplinar a oferta de açúcar brasileiro no mercado mundial. E, quanto a isso, os resultados podem ser considerados extremamente positivos. Apesar da produção brasileira de açúcar não ter deixado de crescer, este crescimento pode ser considerado pouco significativo diante da tendência observada em períodos anteriores. Isto porque o álcool direto, produzido atualmente pelas usinas brasileiras, equivale a 1 milhão e 100 mil t de açúcar, o que corresponde a 44% das exportações desse produto previstas para 1980.

É duvidoso, no entanto, que as cotações internacionais dos óleos vegetais possam vir a se beneficiar de um impacto semelhante no caso da implantação, pelo Brasil, de um programa de substituição do óleo diesel por plantas oleaginosas. Principalmente porque, com relação aos óleos vegetais, não existe um estoque considerável do produto deprimindo as cotações, como ocorria no caso do açúcar, em 1976. Esse excesso estrutural de oferta, quando parcialmente removido, permitiu que as cotações do produto mais do que triplicassem rapidamente, passando de 8 ¢/lb, em junho de 1979, para 33 ¢/lb, em maio de 1980. Sendo assim, o desvio de cana-de-açúcar para a fabricação de álcool, além de ter representado um custo relativamente baixo para o país no início do PROÁLCOOL, passou a representar, a partir do momento em que o mercado de açúcar se recuperou, uma fonte indireta de divisas para o país. O Gráfico 1, por outro lado, mostra que, no momento, o desvio de uma unidade de qualquer óleo vegetal do mercado externo para utilização interna, na forma de substituto do óleo diesel, implicaria elevado custo de oportunidade para o Brasil.

Além disso, o mercado dos produtos derivados de plantas oleaginosas possui características que poderiam tornar negativa, para o País, em termos de arrecadação de divisas, qualquer iniciativa no sentido de expandir substancialmente a produção de óleos vegetais. A razão é que, no esmagamento das oleaginosas para a produção de óleo, produz-se, simultaneamente, o farelo que serve de matéria-prima para a fabricação de rações. E, na prática, a demanda de farelo para arraçoamento tem sido nos últimos anos, o grande fator dinâmico na expansão do comércio internacional de soja, por exemplo. A tal ponto que, em 1980, as exportações de farelo de soja deverão render, ao Brasil, um valor 57% superior ao obtido com as vendas externas de óleo e grão. Aliás, por trás da expansão da soja em detrimento de outras oleaginosas, reside, entre outros fatores, o fato de que a leguminosa rende uma maior quantidade de farelo por unidade moída. Torna-se claro, portanto, que o crescimento excessivo da produção de óleo para finalidades energéticas poderia ter um efeito nocivo sobre as cotações do farelo no mercado internacional.

Ainda com relação à utilização da conversão fotossintética como fonte de energia, é também essencial que se possa produzir matérias-primas em quantidade e qualidade suficientes para regularizar a oferta de combustíveis, evitando soluções de continuidade na disponibilidade do produto final. Além disso, essa produção deve ser realizada com um balanço energético líquido (combustível produzido/combustível gasto para produzir) favorável, para que a produção interna se desligue da dependência de petróleo desde a lavoura. Levando ao absurdo, não adianta instalar uma destilaria de álcool de cana a 1.000 km da lavoura básica, para processar cargas de 10 toneladas, já que seriam gastos 100 litros de combustível, apenas no transporte, para 60 litros de álcool produzidos.

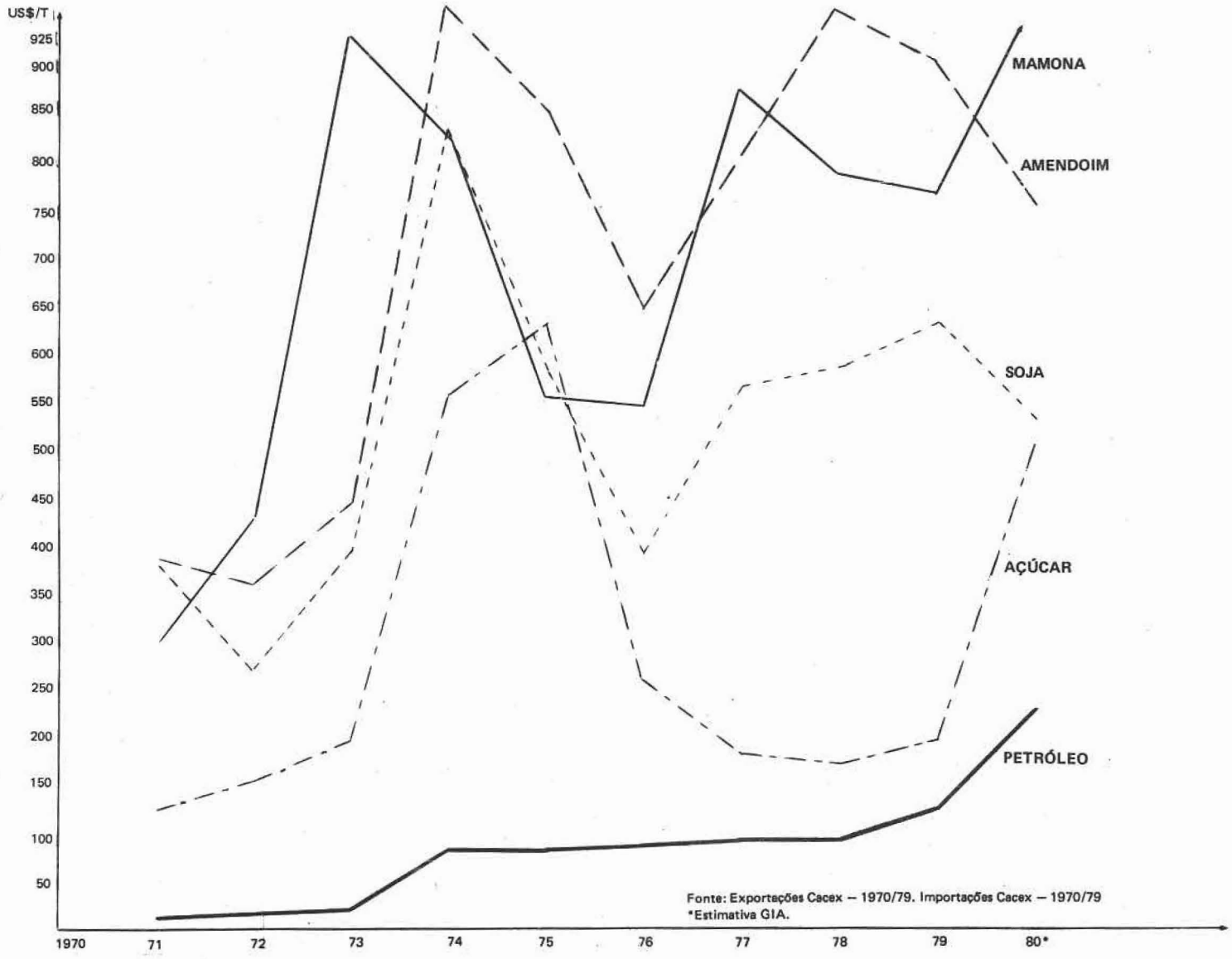
Os efeitos sobre as culturas voltadas para o abastecimento interno

Dois outros pontos importantes a serem estudados seriam a influência de lavouras energéticas sobre a disponibilidade de terras para lavouras de abastecimento policultural e o estágio de desenvolvimento da tecnologia de motores para a utilização do novo combustível.

A influência do incremento de áreas de produção, à semelhança do efeito deste direcionamento alternativo sobre o mercado interno e externo de produtos alimentares ou industriais, não pode ser relegada ao desprezo. No caso do álcool carburante,estes níveis de influência e efeito não parecem ter sido considerados com a devida importância, e agora passa-se a temer não apenas o efeito negativo da expansão da área de lavouras de cana, como também a alta de preços do açúcar no mercado internacional,que provoca a indecisão entre continuar a elevar a produção de álcool ou retornar a níveis elevados de produção de açúcar, com a finalidade de obter vantagens conjunturais, por mais passageiras que estas venham a se mostrar.

GRÁFICO 1

Brasil — Preço médio das exportações — óleos vegetais e açúcar
Preço médio das importações de petróleo
1971-1980



Fonte: Exportações Cacex — 1970/79. Importações Cacex — 1970/79
*Estimativa GIA.

Tudo indica que, em termos de exigência de terras, um programa de substituição do óleo diesel por óleos vegetais seria substancialmente mais oneroso do que o PROÁLCOOL. Isto porque enquanto a área a ser utilizada na produção de cana-de-açúcar para a fabricação de álcool está estimada em 2,5 milhões de hectares, a produção de óleos vegetais, para a substituição de apenas 20% do óleo diesel, exigiria, na melhor das hipóteses, a mobilização de 5 milhões de hectares.

Mas não é só com relação ao uso da terra que um programa de substituição de derivados do petróleo por fontes de energia de origem agrícola pode acarretar custos sociais indiretos. Também no tocante à utilização de insumos relativamente escassos (fertilizantes e defensivos, por exemplo) e na demanda por crédito agrícola subsidiado, a utilização da biomassa como fonte de energia acaba concorrendo com a produção de alimentos.

Ainda é preciso contrair o consumo e reduzir o desperdício

O conjunto de questões analisadas neste trabalho recomenda cautela no tocante à substituição do óleo diesel, por óleos vegetais. É certo que o país precisa libertar-se, até o limite do possível, da dependência do petróleo importado. Mas, pelo menos a curto prazo, a redução dessa dependência parece mais fácil de alcançar através de uma política de contenção do consumo e redução do desperdício do que por meio da substituição lenta, onerosa e defasada de cada um dos derivados.

Nesse campo as possibilidades existentes estão longe de terem sido plenamente exploradas. As mudanças nos hábitos de consumo, por exemplo, já deveriam ter sido mais fortemente estimuladas, tanto por uma política adequada de preços quanto por maiores investimentos públicos destinados à melhoria dos transportes coletivos urbanos e à modificação dos sistemas ferroviários de transporte de carga. A maior utilização de energia elétrica no transporte urbano e na mobilização de cargas, embora acarrete, de imediato, custos elevados, é certamente mais barata, no longo prazo, do que a alternativa de substituir o óleo diesel por óleos vegetais, o que implica a imobilização permanente de grandes extensões de terras e o financiamento anual, possivelmente a juros subsidiados, das despesas de custeio da lavoura.

Também no tocante à redução do desperdício no caso dos derivados de petróleo resta, ao país, um longo caminho a percorrer. Somente no caso da gasolina os aumentos de preço alcançaram este objetivo, na medida em que resultaram em melhor regulagem dos motores. Com relação aos demais derivados, no entanto, a elevação dos preços, além de bem menor, veio, quase sempre, acompanhada da autorização de repasse integral para o consumidor final, acabando por neutralizar o estímulo à redução do desperdício. O caso mais flagrante, nesse aspecto, é o das frotas de ônibus que fazem o transporte urbano.

Por outro lado, tem havido pouco incentivo ao desenvolvimento, por parte da iniciativa privada, de novas técnicas de produção, capazes de proporcionar maior eficiência no uso de derivados de petróleo. Por isso mesmo, são raros os casos de empresas que se engajaram neste tipo de empreendimento e, mesmo assim, na maioria das vezes, por sua própria conta e risco.

Mas, mesmo no domínio da substituição do óleo diesel por fontes energéticas de origem agrícola há alternativas que merecem ser melhor examinadas: a substituição gradativa da frota movida a diesel por caminhões e ônibus acionados a álcool; a troca do óleo diesel, na área rural, pelo biogás; e a utilização do álcool aditivado nos motores diesel.

Verifica-se, portanto, que ainda há muito por fazer, antes que o Brasil se lance num programa extremamente oneroso de substituição do óleo diesel por óleos vegetais, cujos resultados, no tocante à redução da dependência do óleo importado e no que diz respeito ao ganho líquido de divisas, são mais do que duvidosos.

PRODUTOS AGRÍCOLAS E SEUS EFEITOS SOBRE O NÍVEL GERAL DE PREÇOS

AS SAFRAS DE 1980, BEM MELHORES QUE AS DOS ÚLTIMOS DOIS ANOS, GERARAM UMA EXPECTATIVA FAVORÁVEL COM RELAÇÃO AO COMPORTAMENTO DOS PREÇOS NO 2º SEMESTRE. NO CASO DA SOJA E DO MILHO, PELO MENOS, JÁ SE COMEÇA A PERCEBER A INFLUÊNCIA DAS SAFRAS SOBRE OS PREÇOS. NO ENTANTO, A ALTA RECENTE DO PREÇO DO ARROZ, A FALTA DE FEIJÃO E A SITUAÇÃO INDEFINIDA DOS MERCADOS DE CARNE E CAFÉ, MOSTRAM QUE O EFEITO BENÉFICO DAS SAFRAS SERÁ APENAS PARCIAL.

Dentre as inúmeras causas da aceleração registrada na inflação brasileira a partir do segundo semestre de 1979, a frustração das safras do Centro-Sul, no ano agrícola de 1978/79, tem sido objeto de referências freqüentes. Com efeito, a estiagem que atingiu o Sul do País, no começo do ano passado, além de reduzir substancialmente a oferta de soja, milho e arroz, produtos de grande peso nos índices de preços, afetou ainda a produção de uma série de outros produtos agrícolas.

Este ano, ao contrário, a recuperação das principais safras agrícolas do País gerou tamanha expectativa favorável com relação ao comportamento dos preços dos alimentos, no segundo semestre do ano, que já se procura dimensionar o efeito que essa maior oferta de produtos agrícolas poderá ter sobre os preços em geral.

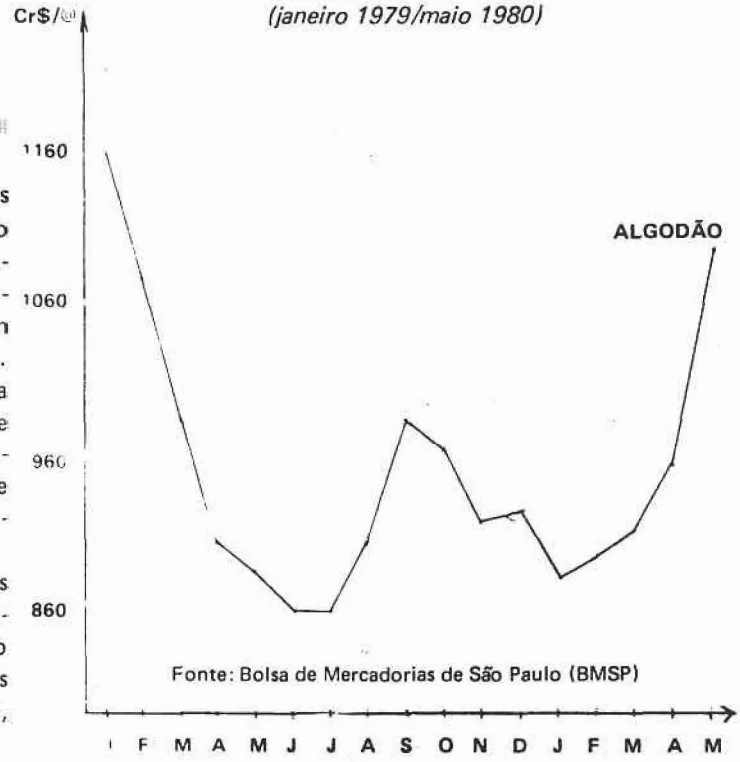
Aproveitando as informações acumuladas graças a um acompanhamento sistemático dos preços dos principais produtos agrícolas, a nível de atacado, assim como a experiência de seus técnicos no que diz respeito à análise de mercados o Grupo de Informação Agrícola decidiu examinar as perspectivas em termos de comportamento dos preços, para um grupo de oito produtos agrícolas de grande importância na economia brasileira.

Antes, é preciso ressaltar que o presente estudo tem caráter meramente indicativo. Os preços levantados pelo GIA, embora referentes a um conjunto de produtos bastante representativos, não são objeto da metodologia de coleta que caracteriza o trabalho de elaboração de índices de preços. Assim é que, na maioria dos casos, o preço levantado obedece a uma única especificação do produto. Como exemplo, pode-se citar as cotações do feijão preto comum, que, no levantamento realizado pelo GIA, são obtidas junto à Bolsa de Cereais de São Paulo.

Sendo assim, o resultado da análise apresentada a seguir não deve ser visto como uma apuração precisa da participação da agricultura no processo inflacionário brasileiro; mas, sim, como mera indicação do efeito que safras ruins podem ter sobre o comportamento dos preços. Nesse sentido, o presente estudo é particularmente oportuno, pois vem a público no momento em que são tomadas as primeiras decisões com relação à safra 1980/81.

O trabalho é dividido em duas partes. Na primeira, é analisada a evolução de preços reais de cada um dos produtos desde janeiro de 1979 até maio deste ano. Na segunda, se relacionam os preços nominais com o Índice Geral de Preços e o Índice por Atacado, mostrando quais os produtos que mais deverão pressionar a inflação no segundo semestre.

Algodão em Pluma (Tipo 6-SP)
Evolução dos preços reais
(janeiro 1979/maio 1980)

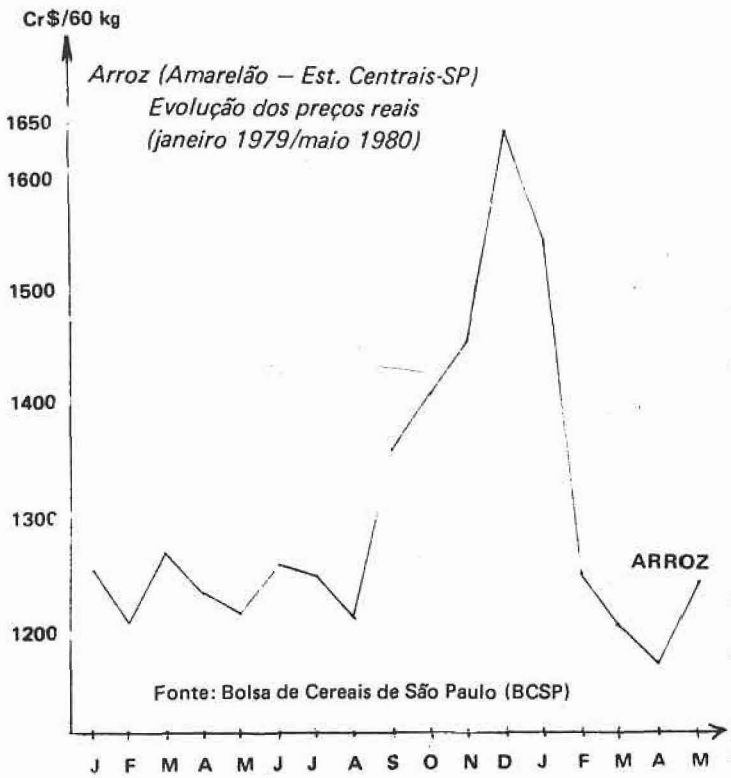


ALGODÃO

A tendência marcante dos preços do algodão de tipos superiores é de alta. Esta situação é resultante sobretudo da escassez do produto, ocasionada pelas chuvas que atingiram a colheita paranaense na entrada da safra meridional. Conforme pode ser observado na Figura 1, ocorreu um acréscimo no preço real de 24% entre maio/79 e maio/80. Os tipos inferiores, por seu turno, têm seus preços em baixa em função do largo volume de produção atingido. Em que pese a seca, cujos efeitos serão sentidos na safra setentrional, a ser iniciada em outubro, a situação de excesso de produção destes tipos não deverá ser substancialmente alterada.

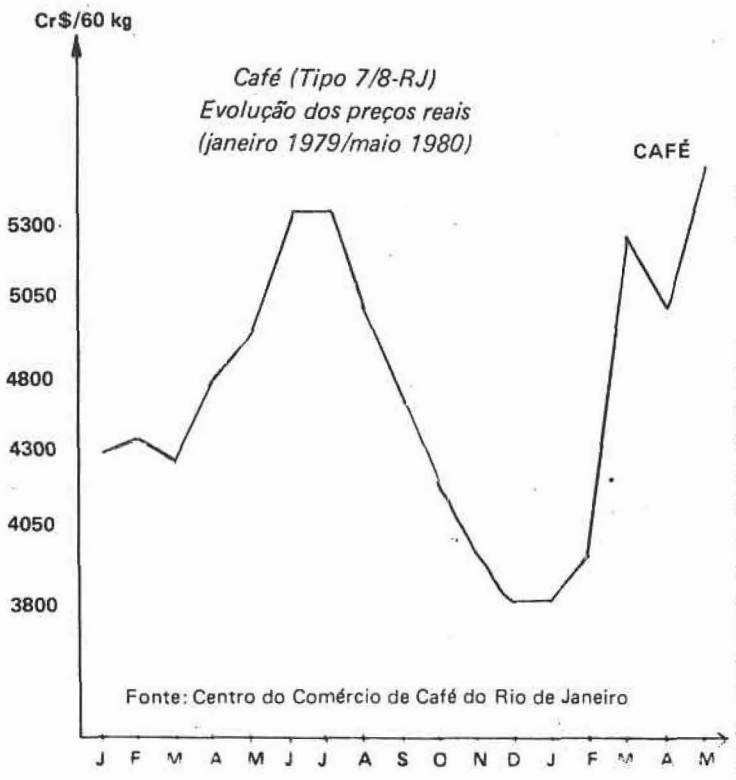
A possibilidade de importação de tipos superiores parece remota, na medida em que o governo está empenhado em reduzir o déficit da balança comercial no segundo semestre. Desta forma, mantém-se a tendência de que os preços dos tipos superiores se apresentem, durante este ano, sensivelmente elevados em relação a 1979.

Arroz (Amarelão – Est. Centrais-SP)
Evolução dos preços reais
(janeiro 1979/maio 1980)



ARROZ

A situação de baixa dos preços reais do arroz, a partir de dezembro passado, reflete certa folga na oferta (ver Figura 2). No mês de abril ocorreu o pico da safra, reduzindo o preço a seu mais baixo nível (29% abaixo do preço real obtido em dezembro de 1979). Observa-se, a propósito, que houve forte aceleração dos preços nos últimos meses do ano passado, provocada, em grande parte, pelo fim do tabelamento. Após o período de safra, é provável que o preço se eleve, embora seja pouco provável que se repitam as altas acentuadas registradas no segundo semestre do ano passado.

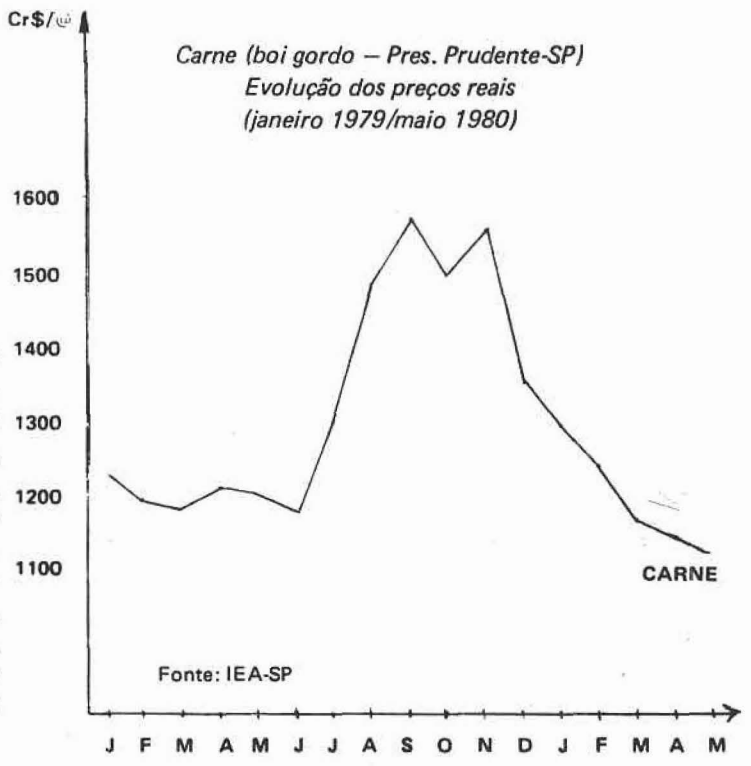


CAFÉ

Na análise do preço do café, é preciso considerar não só que o produto sofre influência direta do mercado internacional mas, também, que o IBC age sobre os preços, através de instrumentos como a liberação de estoques e a política de subsídios ao consumo. Conforme pode ser observado na Figura 3, os preços subiram a partir de fevereiro, em função da reativação das exportações. No período atual, o mercado vive a expectativa de que venham a ocorrer geadas. Caso se confirme esta hipótese, haveria não somente uma redução da produção cafeeira para o mercado interno como, também, o desvio de parte desta produção para exportação, reduzindo assim a oferta interna. Desta forma, o segundo semestre poderia registrar altas mais acentuadas do que as verificadas em igual período do ano passado, quando os preços sofreram pequena alteração.

CARNE

O preço real do boi gordo em maio deste ano não difere muito da média registrada há um ano atrás (ver Figura 4). O período atual, de pico da safra, costuma registrar o nível de preço mais baixo durante o ano. Entretanto, durante a entressafra, que deverá ocorrer a partir de julho, os preços voltarão a pressionar os índices (IGP e IPA) como sucedeu no período de julho a novembro do ano passado. Contudo, a menos que se registre nova aceleração da inflação, até o final do ano, não é de se esperar que os preços, nos próximos meses, repitam a escalada registrada em 1979, quando, entre junho e setembro, as cotações do boi gordo aumentaram 57%. Mesmo porque outra alta expressiva do preço poderá reduzir ainda mais o nível de consumo.

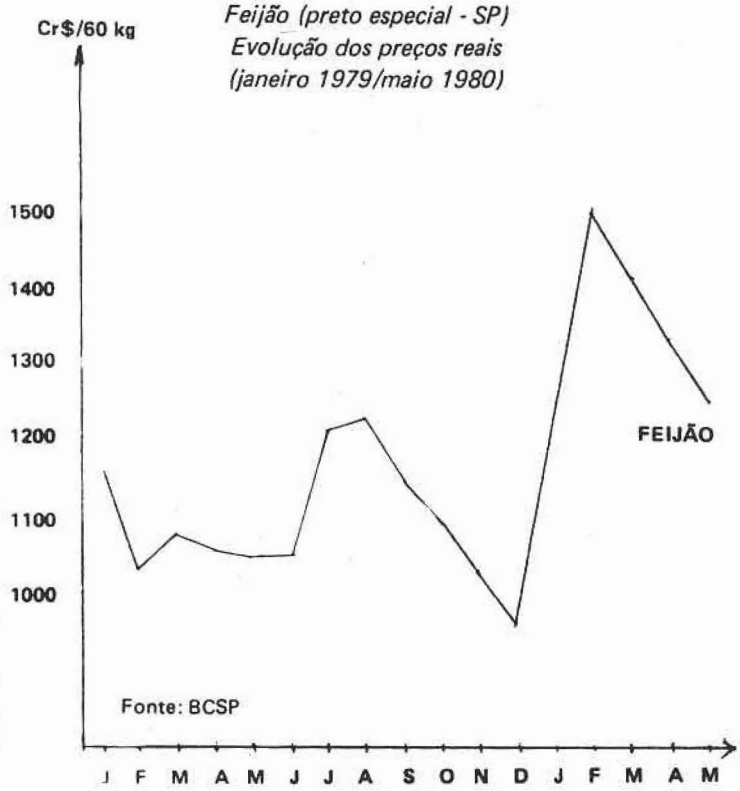


FEIJÃO

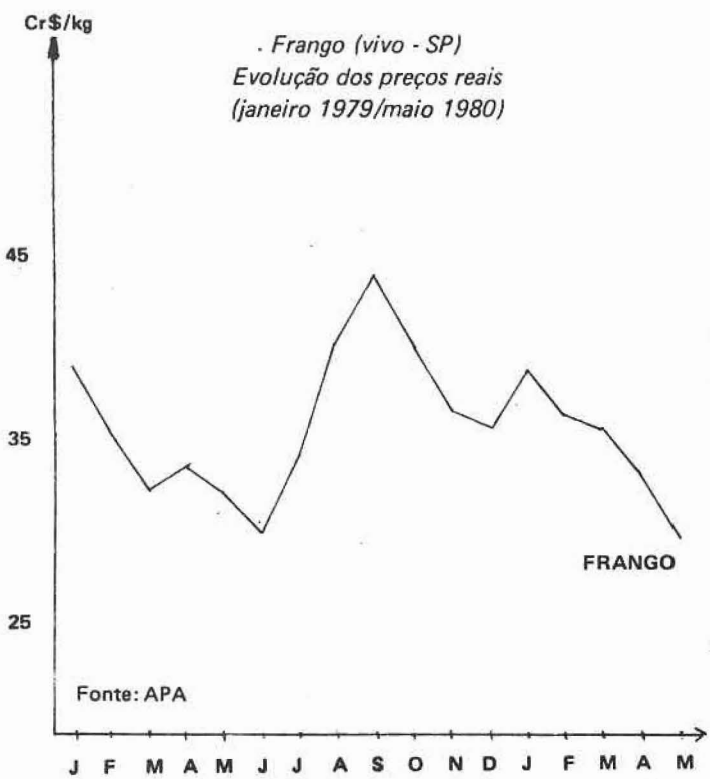
A oferta interna de feijão nos últimos anos tem se mostrado incapaz de acompanhar a evolução da demanda. Este ano, a situação foi agravada pela quebra nas safras das águas e da seca. No princípio do ano, ocorreu a grande quebra da safra das águas provocada pelas chuvas que atingiram a região Sul, causando a perda de parte da produção e reduzindo os rendimentos médios por hectare a níveis bem abaixo dos esperados.

A atual safra da seca, que era esperada como salvação da difícil situação de escassez do produto, já registra quebras consideráveis tanto na região Sul – devido principalmente ao atraso no plantio, o que tornou a cultura mais suscetível aos problemas climáticos, como na região Nordeste, onde a cultura vem sendo seriamente castigada pela seca que atinge a região. O preço real do produto apresenta um decréscimo a partir de fevereiro deste ano (ver Figura 5), mais em função do tabelamento que passou a vigorar do que propriamente em razão de qualquer melhoria no abastecimento do produto. Ao contrário, como costuma acontecer nesses casos, o produto desapareceu dos mercados. Desta forma, a inevitável liberação do preço deverá repercutir seriamente no Índice do Custo de Vida, onde o produto aparece como um item de elevada ponderação, retomando a tendência registrada no período dezembro de 1979/fevereiro de 1980.

Feijão (preto especial - SP)
Evolução dos preços reais
(janeiro 1979/maio 1980)

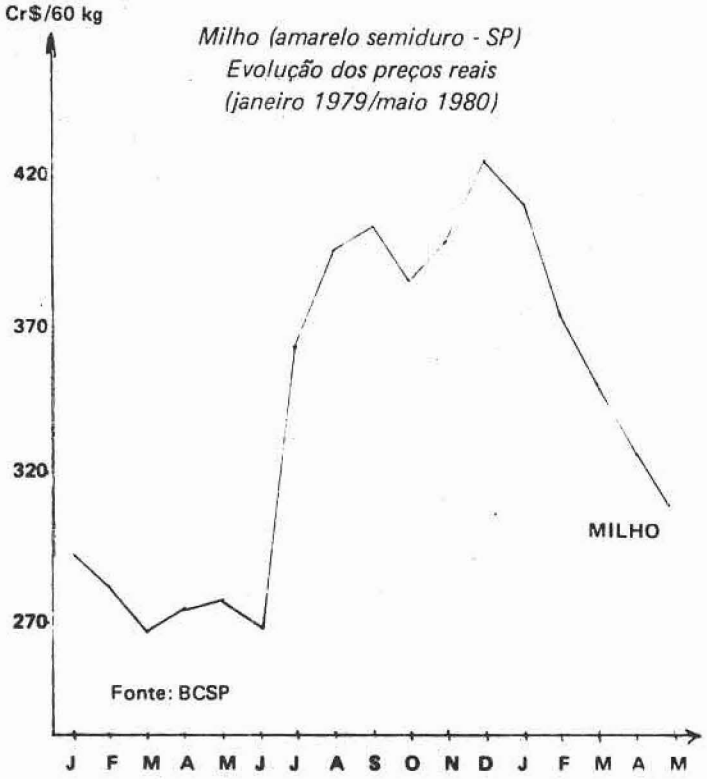


. Frango (vivo - SP)
Evolução dos preços reais
(janeiro 1979/maio 1980)



AVICULTURA

A produção de carne de aves vem crescendo bastante, acompanhada de sensível elevação de estoques, pois os produtores preferem aguardar o período de entressafra da carne bovina, quando normalmente os preços do frango também se elevam, para aumentar a oferta do produto (ver Figura 6). Assim, no segundo semestre o consumo de aves poderá se expandir, em função da retração da oferta de carne bovina, gerando pressão de alta sobre os preços. É possível, contudo, que essa pressão seja menor do que a registrada em igual período do ano passado, quando o preço do frango aumentou 66% em apenas 4 meses.



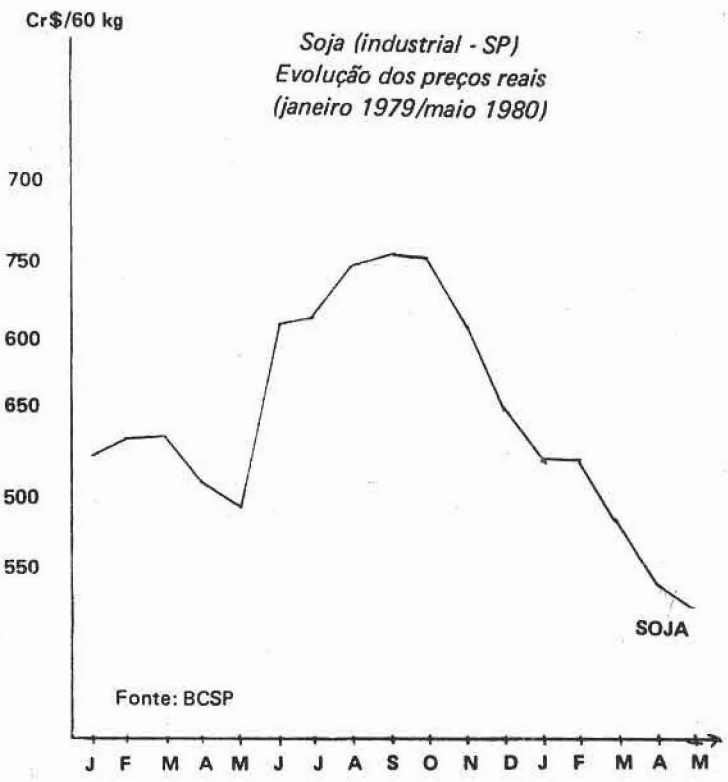
Milho (amarelo semiduro - SP)
Evolução dos preços reais
(janeiro 1979/maio 1980)

MILHO

Embora o preço real do milho em maio deste ano indique uma elevação de 12% sobre o mesmo mês do ano anterior, verifica-se uma tendência declinante em seu preço a partir de dezembro passado (ver Figura 7). Isto se deve, em boa parte, à safra recorde, colhida este ano, suficiente para atender à demanda interna e para recompor parcialmente os estoques. Embora a cultura no Nordeste tenha sido seriamente atingida pela seca, sua participação na produção total do país é bastante reduzida: em torno de 8%. O fato de que o produto, há um ano atrás, apresentava um preço real abaixo da cotação atual deve-se à vigência do tabelamento naquela ocasião, o que distorcia as condições reais do mercado. Para o restante do ano, é provável que se mantenha a folga na oferta, agindo o produto como elemento atenuante nos índices de preços.

SOJA

Desde setembro do ano passado o preço real da soja vem sofrendo seguidas quedas (ver Figura 8). Em maio deste ano, as cotações do produto estavam 30% abaixo do preço obtido nove meses antes. A fase de baixos preços, por que passa a soja, deve ser atribuída ao excepcional resultado obtido na presente safra. A queda do Imposto de Exportação, em abril, que poderia ter levado a uma alta dos preços no mercado interno foi contrabalançada quase que imediatamente, pelo tabelamento e pela fixação do sistema de quotas de exportação. Com o provável excedente de oferta provocado pela "super safra" atual, espera-se que os preços nos próximos meses permaneçam relativamente estáveis. A possibilidade de alta dos preços fica na dependência, mais para o final do ano, de uma frustração da safra norte-americana, o que provocaria a elevação das cotações no mercado externo e estimularia o Brasil a desviar maior quantidade do produto para a exportação.



Soja (industrial - SP)
Evolução dos preços reais
(janeiro 1979/maio 1980)

PERSPECTIVAS

O Quadro 1, ao reunir os resultados para os oito produtos analisados, permite uma síntese da situação. Utilizando-se como deflator o Indicador Geral de Preços (coluna 2 de "Conjuntura Econômica") é possível detectar a evolução real dos preços dos diversos produtos nos últimos meses e tentar, com a ajuda de informação adicional relativa aos diferentes mercados, delinear algumas tendências para o segundo semestre deste ano.

Os números relativos ao algodão, ao feijão preto e ao café revelam clara tendência dos preços, nos próximos meses, permanecerem em nível real mais elevado do que há um ano. Além disso, as Figuras 9, 10 e 11 mostram para esses três produtos, uma inflexão na curva dos preços que elevou sua taxa de crescimento (dada pela inclinação da curva) acima do ritmo de alta do IGP.

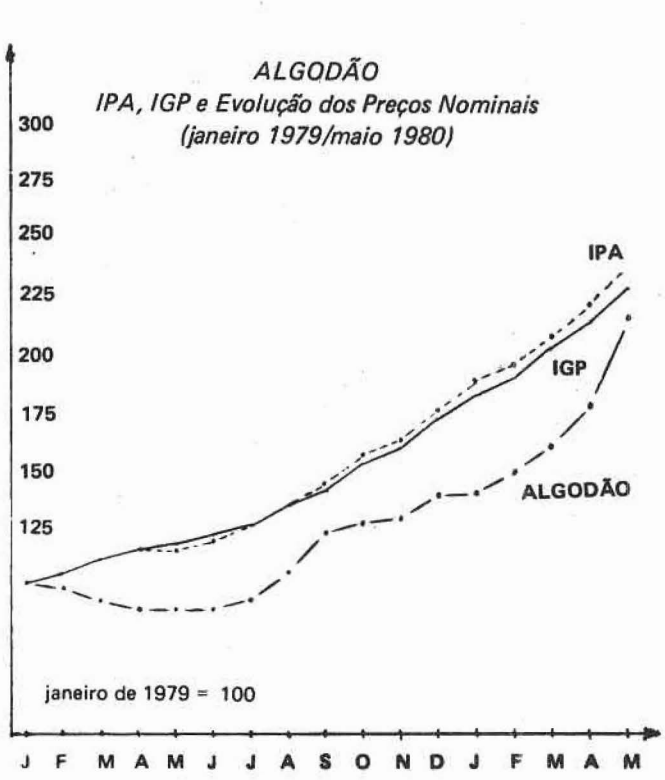
QUADRO 1

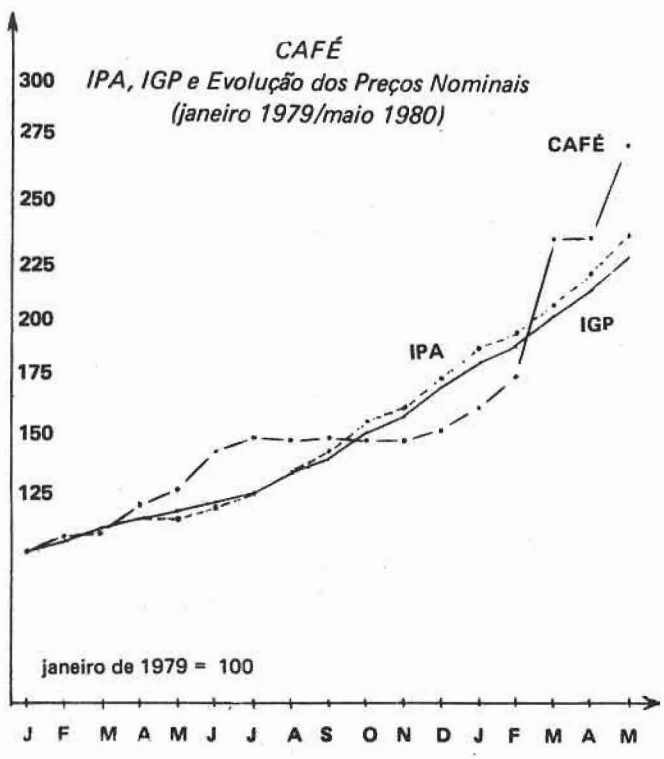
Produtos agrícolas selecionados: evolução comparativa dos preços no atacado — janeiro a maio de 1979 e 1980

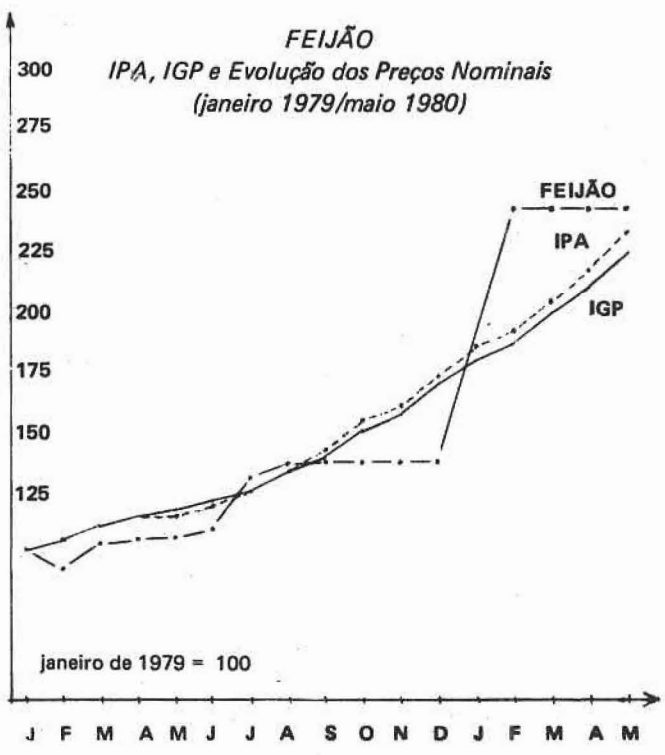
		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI
ALGODÃO (Cr$/@)	1979[1]	511,86	498,88	476,00	454,68	455,39
	1980*	389,59	411,20	443,50	480,78	565,14
ARROZ (Cr$/60 kg)	1979[1]	552,75[2]	552,75[2]	620,00	620,00	623,53
	1980*	683,25	680,02	585,08	590,35	643,22
CAFÉ (Cr$/60 kg)	1979[1]	1.927,27	2.022,50	2.098,41	2.307,89	2.443,18
	1980*	1.715,62	1.847,98	2.465,68	2.433,91	2.725,93
BOI GORDO (Cr$/@)	1979[1]	542,50	550,00	577,73	615,79	625,45
	1980*	576,88	575,40	571,10	584,59	585,75
FEIJÃO (Cr$/60 kg)	1979[1]	510,23	469,41	520,45	530,00	538,18
	1980*	—	687,85[2]	682,70[2]	670,28[2]	644,67[2]
FRANGO (Cr$/kg)	1979[1]	17,02	16,20	15,71	16,84	16,65
	1980*	17,03	16,63	17,35	16,72	15,36
MILHO (Cr$/60 kg)	1979[1]	130,00[2]	130,00[2]	130,00	138,21	143,00
	1980*	180,01	171,40	169,77	165,26	160,25
SOJA (Cr$/60 kg)	1979[1]	273,64	289,12	306,82	303,82	302,50
	1980*	275,30	286,33	284,12	271,92	270,68

* Preço real (IGP) em relação ao mês correspondente em 1979
1 Nominal
2 Produto tabelado.

No caso do algodão, o ponto de inflexão situou-se em janeiro deste ano; para o café, ocorreu em fevereiro e, para o feijão preto, em dezembro do ano passado. No caso deste último produto, nota-se uma estabilidade a partir de janeiro, em razão do tabelamento de preços. Uma vez suspensa esta restrição, as cotações devem retornar à trajetória anterior, pelo menos temporariamente.

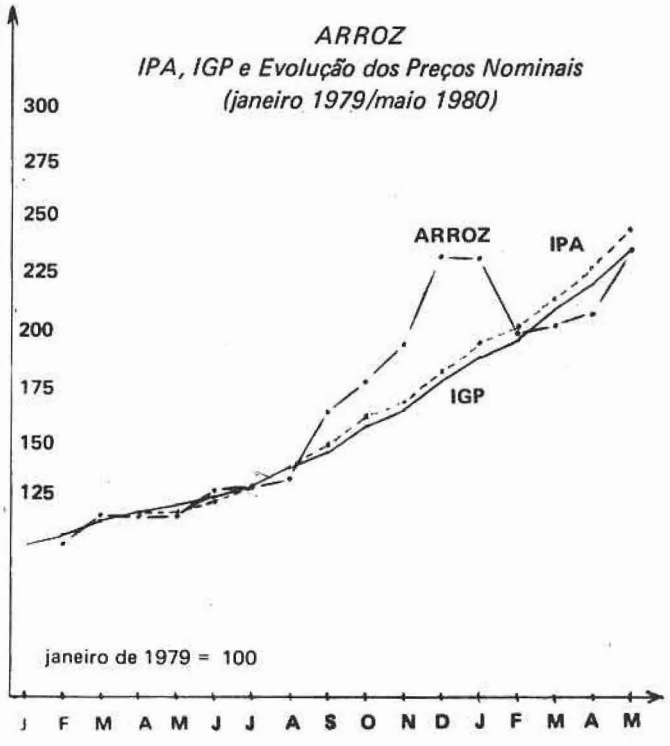




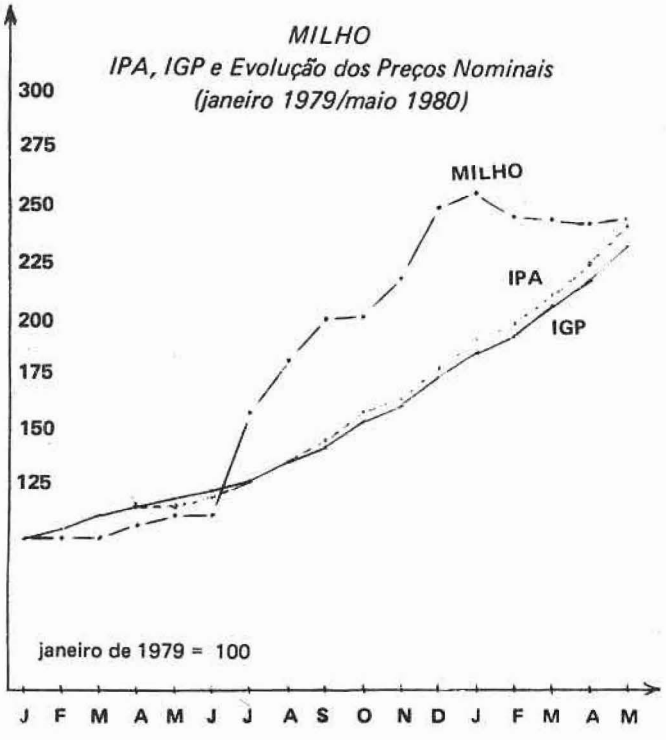


Já com relação ao arroz, milho e soja, a situação é inversa. Pode-se, razoavelmente, esperar não só que os preços caiam, em termos reais, quando deflacionados pelo IGP para um período de 12 meses mas, também, que a evolução das cotações, daqui até o final do ano, obedeça a um ritmo inferior ao da inflação (ver Figuras 12, 13 e 14). Para reforçar esta hipótese, existe o fato de que as safras destes três produtos registraram substanciais aumentos em relação ao ano passado. O milho, inclusive, mostra clara tendência de queda dos preços, em termos reais (ver Quadro 1) e, provavelmente, já em julho, a cotação do produto, deflacionada pelo IGP dos doze meses anteriores, deverá estar abaixo do valor registrado no mesmo mês de 1979.

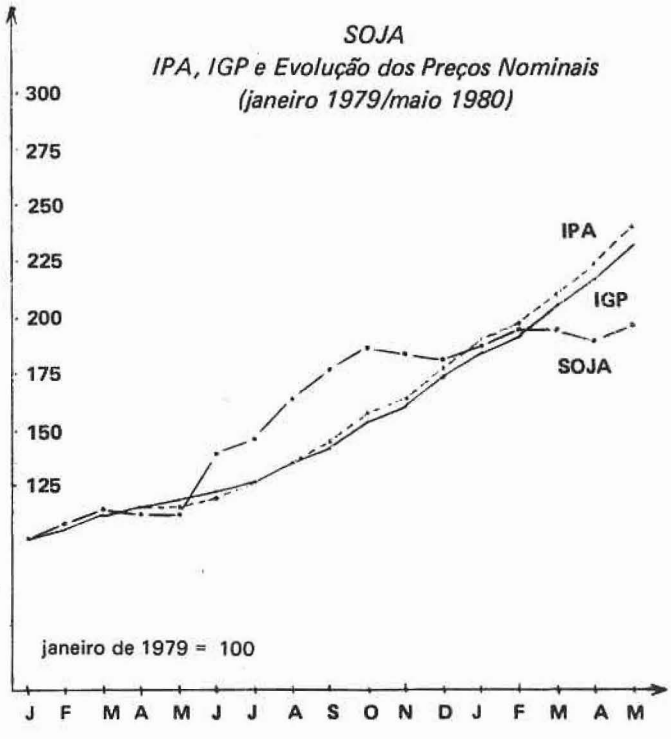
ARROZ
IPA, IGP e Evolução dos Preços Nominais
(janeiro 1979/maio 1980)



MILHO
IPA, IGP e Evolução dos Preços Nominais
(janeiro 1979/maio 1980)

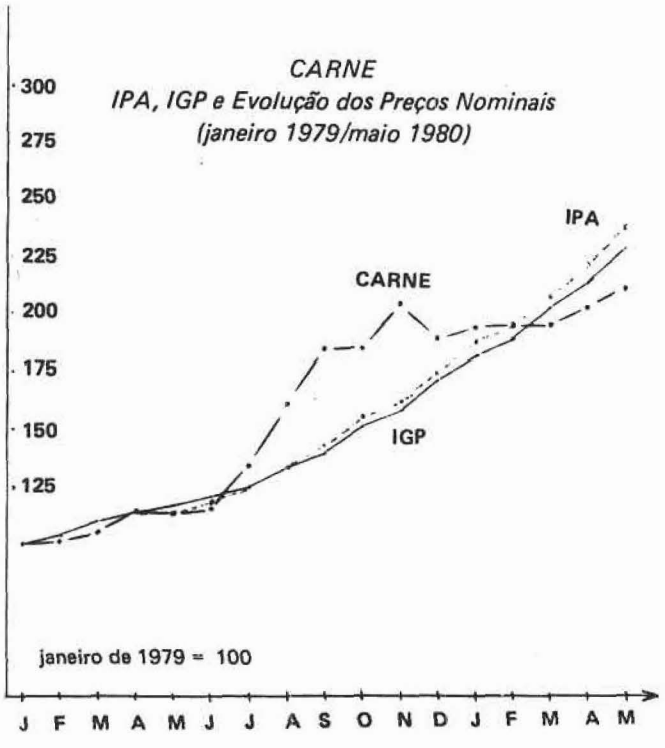


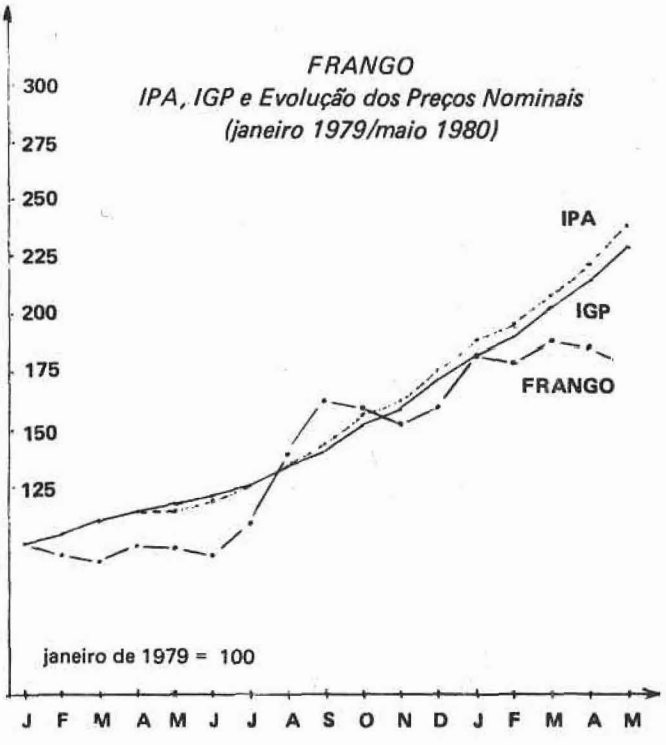
SOJA
IPA, IGP e Evolução dos Preços Nominais
(janeiro 1979/maio 1980)



Finalmente, a evolução dos preços do boi gordo e do frango representa, até certo ponto, uma incógnita. Como o período de entressafra da carne bovina deve começar em breve, a tendência natural dos preços de ambos os produtos é de elevação em termos reais (portanto, acima da taxa de crescimento do IGP). Resta saber, no entanto, se a alta se revelará tão acentuada quanto em igual período do ano passado. Em 1979, entre maio e dezembro, os preços do boi gordo e do frango registraram altas de 64% e 61%, respectivamente. Tomando-se por base uma elevação média, mensal de 6% no IGP, nos últimos sete meses deste ano, isso representaria um crescimento em termos reais, da ordem de 14% para a carne bovina e 11% para o frango. Embora expressivos, esses aumentos seriam inferiores aos registrados na entressafra de 1979. É possível, ainda, que os custos de produção, sobretudo no caso do frango, se beneficiem da maior oferta de milho e soja para rações, contribuindo, dessa forma, para a relativa estabilidade dos preços.

Como se verifica, é difícil determinar o resultado, em termos de contribuição, da agricultura para o controle da inflação, dos diversos movimentos de preços analisados anteriormente. Fica, contudo, a impressão de que a situação do abastecimento é bem mais folgada do que em 1979, sobretudo com relação à soja, milho e arroz, o que deveria normalmente, produzir um efeito benéfico sobre os preços desses produtos. Entretanto, por mais significativa que fosse a contribuição das safras agrícolas para a estabilidade dos preços, a taxa de inflação continuaria dependendo de outros fatores como as políticas fiscal e monetária do governo e a evolução imponderável dos preços do petróleo.





COMENTÁRIOS

ARROZ

Novas medidas repercutem no mercado

A suspensão dos financiamentos de que se valem os orizicultores para a estocagem e comercialização da safra e a obrigatoriedade da liquidação, quando do vencimento dos financiamentos de custeio da safra 1979/80, tiveram intensa repercussão. Os motivos apresentados para a adoção dessas medidas pareceram centrar-se no comportamento dos preços do arroz, que permaneciam em patamar elevado mesmo com a entrada da safra e, em alguns casos, até aumentavam. A hipótese da retenção do produto na origem foi levantada e, pela influência do arroz no processo inflacionário, a *"retenção"* deveria, segundo o ponto de vista oficial, ser eliminada e substituída por uma *"comercialização mais ágil"*.

Ocorre que, vedado o acesso à fonte usual de recursos, só restaria aos produtores entregarem suas safras ao Estado (as Aquisições do Governo Federal não foram fechadas), por um preço mínimo distanciado da realidade do mercado, pois fixado há um ano, ou vendê-las a intermediários que ofereceriam preços menores do que aqueles praticados até o início de junho. Haveria, também, a opção de armazenar a produção, com vistas a elevar o preço a ser pago pela intermediação. Contudo, como apenas os grandes produtores poderiam socorrer-se de tal expediente, a forçosa *"agilização"* da comercialização caberia aos pequenos e médios produtores.

Neste período de expectativas, novas interpretações para a intervenção governamental surgiriam. Uma delas seria dotar o Banco do Brasil de maior liquidez para o financiamento de custeio da safra 1980/81, com pretensão subsidiária de liberar completamente os preços, após a liquidação dos financiamentos.

O leque de medidas, porém, por sua amplitude (também foram canceladas as operações adotadas pelos beneficiadores e distribuidores, como as Notas Promissórias Rurais e as duplicatas mercantis), levou a uma paralisação da comercialização, orientada a partir de entidades representativas dos orizicultores, inspiradas na extinção do Imposto de Exportação sobre a soja, em 1º de abril, obtida mediante pressão direta dos produtores.

Na ausência de um levantamento fiel da quantidade de arroz em mãos de produtores, cooperativas, atacadistas e varejistas, a eficácia da ação governamental diluiu-se em meio às ações e reações dos diversos agentes envolvidos no processo. A constatação de que os preços do arroz comportavam-se de modo distinto, não só regionalmente mas, também, entre aqueles agentes (em S. Paulo, o tipo agulhão especial está há seis meses sendo cotado entre Cr$ 1.300,00 e Cr$ 1.350,00/60 kg e, no Rio Grande do Sul, até maio, a nível do produtor havia pequena alta nos preços, uma certa estabilidade no atacado e um declínio real no varejo) permitiria uma alteração nas medidas empregadas, cuja finalidade era, em princípio, beneficiar o consumidor final.

Desse modo, treze dias após o anúncio das primeiras medidas ocorreu sua modificação, com o restabelecimento dos Empréstimos do Governo Federal para produtores e cooperativas. Promoveu-se também o retorno do uso de NPR's e de duplicatas mercantis; as primeiras, embora com o prazo reduzido para trinta dias, não deverão prejudicar o beneficiador quanto à formação de capital de giro. O desconto de duplicatas fica condicionado ao volume de crédito tomado na safra passada e, para os beneficiadores, ambos os instrumentos só poderão ser utilizados em caso de aquisição de arroz em casca, o que dificultará operações cruzadas.

Atualmente, o mercado reflete a influência da mudança, passando do estancamento à movimentação. Parece difícil, porém, que as cotações do arroz recuem a um ponto abaixo daquele em que se encontra-

Agroanalysis, 4(7): 19-26, julho/1980

vam por ocasião da primeira alteração nas regras do jogo. Em termos nominais, o arroz amarelão dos estados centrais, cotado em São Paulo, apresentou, até 25/6, uma ligeira alta, a qual, na verdade, significou um recuo de 3%, em termos reais, sobre o mesmo período do mês anterior, conforme demonstra o Panorama Agropecuário, página 35 deste boletim. No entanto, assimilado o impacto da retomada das operações creditícias, os tipos cotados em Bolsa vêm apresentando preços estáveis, ou em elevação.

As causas para esta *"resistência"* num momento de entrada de safra já foram analisadas em artigo sobre o abastecimento de arroz (ver Agroanalysis vol. 4, nº 6). Na realidade, a grande safra deste ano, embora apresente números inéditos, está apenas 1,46% acima da safra recorde de 1975/76, ou seja, a expansão demográfica não foi acompanhada pelo aumento da oferta do cereal. Nesta constatação, possivelmente, se encontrará, em última instância, a causa das perturbações verificadas no mercado.

CARNE

Preços devem aumentar devido à entressafra

No primeiro semestre de 1980, os abates de bovinos em São Paulo caíram cerca de 10%, segundo os dados do Sindicato da Indústria do Frio. No Rio Grande do Sul, houve igual diminuição de envio de gado aos abatedouros (6,75% de janeiro a abril). Quanto aos preços, depois de atingirem níveis que levaram à retração do consumo no ano passado, quando saltaram de Cr$ 533,00/@ em janeiro para Cr$ 1.000,00/@ em agosto, vêm apresentando menor ímpeto de alta neste início da entressafra, ou melhor, as elevações nominais nas cotações passaram a ser anuladas pela crescente inflação. Assim, o valor médio da arroba, em 1979, deflacionado para maio de 1980 (Cr$ 1.327,00/@), supera a faixa da cotação nominal de maio último, entre Cr$ 1.150,00 e Cr$ 1.200,00. Há, entretanto, uma expectativa de que na entressafra deste ano ocorra uma recuperação em termos reais, que coloque a cotação média do ano bem próxima do nível verificado em 1979. No entanto, não se deve esquecer que a média de 1979 foi em termos reais 26% superior à média do pico registrado, em 1974 ano em que, no ciclo pecuário anterior, a carne atingiu os preços mais altos. O ano de 1980 deverá, pois, caracterizar-se por bons preços, ainda que se esteja no início do ramo descendente da curva do atual ciclo pecuário.

Para o consumidor, no entanto, tem decrescido o poder salarial de compra de carne, seja ela bovina, avícola ou suína (ver Agroanalysis vol. 4, nº 4). Registre-se também que, no corrente ano, a produção de leite sofreu quebra, o que implica menor ingestão de proteína de origem animal pela população.

A carne bovina dos estoques da Cobal já não suprirá os supermercados na mesma proporção dos anos anteriores, quando existia uma opção de carne, a preços abaixo dos praticados nos açougues. Os preços que, em julho de 1978, apresentavam nesses dois mercados varejistas uma diferença de 9,5% para traseiro e 32,8% para dianteiro, passaram a mostrar, em agosto de 1979, uma posição que refletia a menor quantidade de carne estocada, caindo para 5% e 21,8%, em relação aos mesmos cortes. A estocagem em 1978 foi inferior a 150 mil t, enquanto, nos anos de 1976 e 1977, era superior a 200 mil t. De 1979, não há informação oficial sobre o volume de carne estocada. Contudo, acredita-se que não tenha ultrapassado 100 mil t. No corrente ano, a situação se assemelha à do ano passado.

Em 1979, começaram as dificuldades para a Cobal operar dentro do sistema de distribuição de carne a preços mais baratos nos supermercados, segundo o *"acordo"* com os frigoríficos. Na realidade, uma estocagem mais efetiva só foi possível no período em que ventres iam ao abate numa taxa maior do que a normal de renovação das matrizes.

Desse modo, conseguia-se um preço final da carne favorável ao consumidor (nos supermercados), baseado na diferença de preço pago ao produtor pela vaca gorda em relação ao boi gordo (ver Quadro 1).

Assim, em anos de abate intenso de matrizes, dispunha-se de volume razoável de carne mais barata. Em 1977, as fêmeas participaram em 31% do total de abates e sua cotação foi, em média, 78% do preço da arroba do boi gordo. Naquele ano, como em 1976, estocaram-se mais de 200 mil t de carne bovina. Já em 1978, a participação de fêmeas no total de abates descia a 25%, tendo os preços atingido a 87% do preço do boi gordo. A influência nos estoques foi bem visível, não ultrapassando o nível das 150 mil t. Em 1979, estima-se que 20% dos abates tenham sido de fêmeas e a relação de preço citada foi de 90%, devendo, em 1980 permanecer na mesma faixa, isto porque esse percentual representa a taxa normal de renovação das matrizes.

Portanto, a estocagem de carne para distribuição nesta entressafra, sem a matança anormal de fêmeas, somente será possível a níveis abaixo das necessidades do mercado, uma vez que a alternativa compras no exterior está fora de cogitação, pois os preços estão mais altos do que internamente.

QUADRO 1

Brasil: Estocagem de Carne Bovina, Matança de Fêmeas em Relação ao Abate Total, Preço Relativo da Vaca Gorda — 1975-80

ANO	Estoque (t)	Abate de fêmeas em relação ao total de abates (%)	Preço(1) da vaca gorda em relação ao preço do boi gordo (%)
1975	159.115	18	nd
1976	209.344	28	81,34
1977	208.973	31	78,02
1978	147.672	25	87,00
1979	—	20(2)	89,07
1980	—	20(2)	91,30

(1) Cálculo baseado na cotação de maio de cada ano
(2) Estimativa
FONTE: Cobal.

SOJA

Dificuldades na comercialização externa

A comercialização externa da safra de soja recém-colhida tem sido lenta, principalmente em relação aos grãos e ao óleo. A dificuldade de colocação desses produtos no mercado internacional pode ser creditada, em parte, a uma conjuntura de baixas cotações naquele mercado.

Essa conjuntura reflete, em princípio, um excesso de oferta e uma disputa mais acirrada entre os vendedores, sendo que a contrapartida *"natural"* – um aumento do consumo, em função de preços mais baixos – torna-se pouco provável num contexto de dificuldades econômicas a nível internacional.

Se a colocação dos produtos brasileiros no mercado internacional já era problemática, desde meados de 1979, em face da excelente safra norte-americana, fatores *"extra-mercado"* (a maxidesvalorização do cruzeiro em dezembro de 1979, que levou à instituição do Imposto de Exportação para a soja e seus derivados e o embargo norte-americano da venda de cereais para a URSS) agravaram ainda mais o confuso esquema de vendas externas do complexo soja.

Como as exportações brasileiras de grão, farelo e óleo são decididas através da negociação de quotas entre autoridades governamentais e setores interessados (indústrias, cooperativas, exportadores),sempre ocorre um descompasso entre o desenrolar dos

QUADRO 1

Cotações Médias Mensais de Farelo de Soja na Bolsa de Chicago e na Bolsa de Cereais de São Paulo – janeiro-junho/1980

	Bolsa de Chicago(1)		Bolsa de Cereais de São Paulo(2)
	US$/t	Cr$/kg	Cr$/kg
janeiro	199,84	8,68	7,13
fevereiro	193,05	8,61	7,52
março	178,90	8,29	7,66
abril	170,19	8,16	7,31
maio	183,92	9,11	7,91
junho	178,24	9,12	8,27

Fonte: Unicom, Bolsa de Cereais de S. Paulo
(1) Cotações internacionais convertidas com base na média mensal das taxas oficiais de câmbio
(2) Exclui o tabelamento.

acontecimentos, em termos de funcionamento do mercado, e o andamento do jogo de pressões e contrapressões. Assim, a definição das quotas para 1980 foi formalizada tardiamente e, além disso, todo o mês de março (primeiro mês do ano comercial) transcorreu com vendas paralisadas à espera da queda do Imposto, fato que se consumou nos primeiros dias de abril.

É desnecessário relembrar que esses acontecimentos foram prejudiciais para todos os que, direta ou indiretamente, estão envolvidos com a comercialização da soja, uma vez que oportunidades de negócios foram perdidas, num mercado fortemente competitivo.

Se, em alguns momentos, a lentidão com que são implementadas medidas necessárias de política econômica atrapalha o bom andamento dos negócios (como foi o caso da queda do Imposto de Exportação), em outros, a rapidez na tomada de decisões pode causar, também, um impacto nem sempre positivo no mercado. Como as razões dessas medidas inopinadas não são ostensivas, acredita-se que, na conjuntura atual do país, tragam embutidas preocupações com o controle inflacionário. É, provavelmente, neste contexto, que se insere a suspensão dos registros de exportação do complexo soja, no dia 13 de junho e sua imediata reabertura, um dia depois. Tudo indica que a suspensão constituiu-se numa reação à indústria esmagadora de grãos,que estaria pressionando no sentido de aumentar os preços

QUADRO 2

Cotações Médias Mensais de Óleo de Soja Bruto na Bolsa de Chicago e no Mercado Atacadista de S. Paulo – janeiro-junho/80

	Bolsa de Chicago		Mercado Atacadista de S. Paulo
	US$/t	Cr$/kg(1)	Cr$/kg
janeiro	518,57	22,52	28,77
fevereiro	512,63	22,87	26,60
março	478,27	22,17	25,44
abril	439,74	21,09	24,60
maio	427,85	21,20	23,90
junho	469,03	24,00	23,50(2)

Fonte: Unicon, Safras & Mercado
(1) Cotações internacionais convertidas com base na média mensal das taxas oficiais de câmbio
(2) Três primeiras semanas do mês de junho.

internos do farelo de soja.

A justificativa para o reajuste pretendido seria a *"necessidade"* de atingir a paridade do mercado internacional, cujos preços são, no momento, mais compensadores. No Quadro 1, que ilustra a situação, observa-se que o preço praticado no mercado interno, desde janeiro de 1980, apresenta-se sistematicamente inferior ao do mercado externo, sendo que essa defasagem tornou-se significativa a partir de abril, acentuando-se ainda mais com a instituição do tabelamento a partir de 10/4.

A submissão da economia interna à paridade internacional de preços é extremamente complexa porque, além de incluir a questão de custos de produção de diferentes países (os resultados comparativos não são inquestionáveis), é quase sempre marcada por interesses que não dizem respeito à sociedade como um todo. Assim, algumas considerações, permitidas dentro das dimensões exíguas deste comentário, devem ser feitas a respeito da pretensão da indústria de esmagamento da soja.

A primeira delas refere-se ao consenso que prevalece no meio empresarial de que os preços internos devem acompanhar a paridade internacional, reajustando-se *"automaticamente"* quando as cotações dos produtos agrícolas sobem, no mercado externo. Entretanto, quando ocorre o contrário, ou seja, quando os preços internos são superiores aos externos, este ajuste não se faz com a mesma automaticidade pretendida para o caso oposto, como se pode observar na evolução dos preços internos e externos do óleo de soja, registrados no Quadro 2.

Em segundo lugar, o argumento que respalda o reajuste imediato dos preços *"para cima"* é o de que a colocação do produto no mercado interno representaria prejuízo para a empresa que o fizesse. A alternativa *"lógica"* seria, então, a de desviar integralmente a produção para o mercado externo a fim de maximizar a rentabilidade de cada empresa. Esta hipótese se torna remota, em termos agregados, em função do contingenciamento das vendas externas estabelecido pelas autoridades governamentais com o fito de resguardar o atendimento do mercado doméstico.

SUCO CÍTRICO

A tendência dos preços é de baixa

A partir do segundo semestre de 1979, o excesso da oferta de suco cítrico concentrado no mercado mundial fez com que os preços apresentassem uma queda de aproximadamente 18%, que perdura até hoje. A existência de uma safra americana 1979/80 recorde (26% superior à passada), associada a uma safra brasileira também excelente, deve acentuar ainda mais esta tendência baixista.

Desse modo, as perspectivas para as exportações brasileiras do produto tornam-se menos otimistas, pois também se espera uma possível retração do mercado consumidor, caracterizada principalmente pela redução das importações dos EUA, nosso principal comprador.

O *"carry-over"* da safra brasileira 1979/80, estimado em aproximadamente 70 mil t de suco, permitiu que as indústrias exportadoras continuassem as vendas externas sem que fosse necessário intensificar o esmagamento de laranjas desta safra, a partir de maio, como é de praxe. No entanto, a entrega das frutas precoces (laranja de casca mole), em consignação, permitiu sua industrialização a partir de maio, apesar do preço ainda não ter sido definido.

Assim, com base na indefinição governamental quanto ao esquema de comercialização do suco, em 1980, a fixação do preço da caixa de laranja só se verificou em 16 de junho, após quase três meses de negociações entre industriais e produtores.

Poucos dias antes, a Cacex havia definido o esquema de exportação do suco cítrico concentrado da safra 1980/81, determinando quotas de contribuição regressivas, além do contingenciamento de 50% da produ-

ção de cada indústria, a ser estocado na própria fábrica. A estratégia governamental objetivava que o produto permanecesse armazenado pelo menos até outubro, quando todo o esquema de comercialização será revisto pela Cacex, à luz da nova estimativa da safra americana para 1980/81.

O preço determinado para a caixa de laranja (de 40,8 kg) de casca dura foi de Cr$ 90,00, com o pagamento a ser feito da seguinte forma: Cr$ 20,00 contra-entrega, Cr$ 50,00 em NPR (Nota Promissória Rural) para desconto em 45 dias, e os Cr$ 20,00 restantes, em fevereiro de 1981, quando se encerra a comercialização da safra.

As laranjas de casca mole (tangerinas, *"ponkans"* e baianinhas) obtiveram o preço de Cr$ 67,50/caixa, estipulando-se o pagamento de forma semelhante à da laranja de casca dura (pera e valência).

O preço pleiteado pelos produtores era de Cr$ 108,00/caixa (laranja de casca dura), na tentativa de man-

QUADRO 1

Estado de São Paulo — Custo de Produção da Laranja na Árvore — Safra 1980/81

DISCRIMINAÇÃO	VALOR (Cr$/caixa de 40,8 kg)
Custo operacional	76,07
custos diretos (variáveis)	61,95
custos indiretos (fixos)	14,12
Fatores de produção	28,54
terra	10,00
capital fixo	9,54
empresário	9,00
Funrural	4,02
TOTAL	108,63

FONTE: Estudo realizado pelo Departamento Econômico de FAESP com o apoio do Instituto de Economia Agrícola (IEA).

ter a paridade de US$ 2,20/caixa, relação que vinha sendo acordada desde 1976. Argumentavam também que os custos de produção da safra atual elevaram-se acentuadamente, atingindo Cr$ 108,63/caixa (ver Quadro 1). A paridade do acordo atual é de US$ 1,60/caixa.

Entretanto, as indústrias não aceitaram este preço, alegando que os custos de frigorificação seriam muito altos, em função da necessidade de armazenagem, até outubro, de 50% da produção. Nessa época o mercado externo poderá apresentar sinais de recuperação, em face da quebra da safra americana 1980/81, seqüela da geada que, em 2 de março último, afetou os pomares da Flórida, principal estado produtor de laranja.

Nas condições tecnológicas da indústria nacional, sabe-se que 1 t de suco (65º Brix) equivalem a 300 caixas de laranja. Por outro lado, pode-se estimar que o preço médio de exportação até dezembro (época em que termina a cobrança da quota de contribuição) permaneça em torno de US$ 788,00(*)/t. Assim, cada caixa de laranja exportada, via suco, propiciará à indústria uma receita bruta de US$ 2,63. Estimando o valor médio do dólar em Cr$ 60,00, durante a safra 1980/81, pode-se considerar que o preço da laranja exportada em forma de suco, seja aproximadamente Cr$ 157,00/caixa. Dessa quantia, os citricultores receberão 57%, percentual que será fatalmente reduzido pela forma como será feito o pagamento, em face do contexto inflacionário que atravessa o país.

Na tentativa de tornar menos dramática a situação dos citricultores, quando da definição do preço de compra das indústrias, ficou estipulado também um pagamento adicional de US$ 0,015/caixa. Tal pagamento estaria condicionado à venda de partidas de suco equivalentes a 10 mil caixas de laranja, a partir da gradativa redução do estoque de 200 mil t, nível máximo que deverá atingir a armazenagem de suco este ano.

Paralelamente, os agricultores mostram-se preocupados com uma cláusula incluída pelos industriais nos contratos de aquisição da fruta. A referida cláusula prevê a total anulação do contrato, caso a Resolução nº 620 do Bacen e/ou o Comunicado 80/15 da Cacex sejam modificados em algum ponto. Estes dois documentos definem as normas que regerão a exportação de suco na atual safra.

Do ponto de vista dos citricultores, este aspecto é importante pois, de certa forma, implica participar dos prejuízos, sem uma contrapartida em relação aos lucros, na medida em que alterações para melhor no mercado externo serão absorvidas apenas pelas indústrias. O produtor ficará, assim, totalmente dependente de negociações com a referida invalidação do contrato. Neste contexto, se a safra americana 1980/81 não quebrar como o previsto, os citricultores terão que arcar com o ônus da frigorificação dos estoques de suco, deixando de receber os US$ 0,015 a mais por caixa.

(*) Este preço médio foi calculado já descontada a quota de contribuição com base no preço mínimo de registro, determinado pela Cacex em US$ 900,00/t.

PANORAMA AGROPECUÁRIO

ACOMPANHAMENTO DAS CULTURAS TEMPORÁRIAS

ALGODÃO

BRASIL

Início da colheita: Centro-Sul – fevereiro/março; Norte-Nordeste – agosto/setembro
Pico da safra: Centro-Sul – abril; Norte-Nordeste – outubro
Produção prevista: 1.864.200 t (Brasil)
Produção safra 1978/79: 1.543.100 t (Brasil)
Maior produção alcançada anteriormente: 2.510.576 t (safra 1971/72)
Causas da variação na produção: Elevação da área plantada em 8,9% e da produtividade esperada (+10,9%)
Estágio atual da lavoura: Centro-Sul – fase final de comercialização; Norte-Nordeste – fase de formação e abertura dos capulhos
Fatores críticos neste estágio: Norte-Nordeste – chuvas intensas e prolongadas
Obs.: Produção do Nordeste foi reavaliada para 640,5 mil t segundo o IBGE. Entretanto, de acordo com os dados estaduais, esta produção deverá ficar em torno de 500 mil t.
Operações com EGF: 199.857 t (algodão em caroço)
Operações em EGF: 93.654 t (algodão em pluma)

SITUAÇÃO NOS ESTADOS

PARANÁ

Variação na área: +17,1%
Produção prevista: 565 mil t
Safra anterior: 468,8 mil t
Causas da variação na produção: Elevação na área e na produtividade
Estágio atual da lavoura: produção totalmente colhida
Rendimento médio: 1.678 kg/ha
Preço médio ao produtor: Cr$ 270,00 a Cr$ 280,00/@

SÃO PAULO

Variação na área: +3,8%
Produção prevista: 464,7 mil t
Safra anterior: 419 mil t
Causas da variação na produção: Elevação na área e na produtividade
Estágio atual da lavoura: produção totalmente colhida
Rendimento médio: 1.634 kg/ha
Preço médio ao produtor: em torno de Cr$ 300,00/@

CEARÁ

Variação na área: +16,6% (IBGE); +4,2% (CEPA)
Produção prevista: 220.800 t (IBGE); 169.750 t (CEPA)
Safra anterior: 161.900 t (IBGE e CEPA)
Causas da variação na produção: Elevação na área supera a redução esperada no rendimento,devido à seca
Estágio atual da lavoura: formação de capulhos
Rendimento médio: 161 kg/ha(IBGE); 129 kg/ha (CEPA)
Preço médio ao produtor: –
Obs.: Quebra prevista (produção atual/produção inicial) de 0,4% segundo o IBGE e de 54% segundo a CEPA

PARAÍBA

Variação na área: +6,4% (IBGE)
Produção prevista: 167.877 t (IBGE)
Safra anterior: 115.000 t
Causas da variação na produção: Elevação na área e na produtividade esperadas, apesar da seca
Estágio atual da lavoura: abertura de capulhos
Rendimento médio: 263 kg/ha (IBGE)
Preço médio ao produtor: –
Obs.: Quebra prevista de 3,0%. Entretanto, estima-se no estado uma quebra de 58% trazendo a produção para 72,9 mil t

RIO GRANDE DO NORTE

Variação na área: +7,5%
Produção prevista: 51 mil t
Safra anterior: 39,1 mil t
Causas da variação na produção: Elevação na área e produtividade esperadas, mesmo considerando que a quebra estimada da produção neste estado foi a maior da região Nordeste (80%)
Estágio atual da lavoura: formação de capulhos
Rendimento médio: 122 kg/ha
Preço médio ao produtor: –

ACOMPANHAMENTO DAS CULTURAS TEMPORÁRIAS

ARROZ

BRASIL

Início da colheita: fevereiro
Pico da safra: março/abril
Produção prevista: 9,5 – 9,9 milhões de t
Produção da safra 1978/79: 7,5 milhões de t
Maior produção alcançada anteriormente: 9,56 milhões de t – safra 1975/76
Causas da variação na produção: melhor produtividade das lavouras, devido a condições climáticas favoráveis
Estágio atual da lavoura: colheita encerrada. Comercialização em andamento
Operações em EGF: 265.862 t
Operações em AGF: 5.463 t

SITUAÇÃO NOS ESTADOS

RIO GRANDE DO SUL

Variação na área: +10%
Produção prevista: 2,2 milhões de t
Safra anterior: 1,7 milhão de t
Causas da variação na produção: aumento do rendimento físico por hectare
Estágio atual da lavoura: colheita encerrada
Rendimento médio: 3.600 kg/ha
Preço médio ao produtor: Cr$ 610,00/60 kg em casca

GOIÁS

Variação na área: +25%
Produção prevista: 1,3 milhão de t
Safra anterior: 1,151 milhão de t
Causas da variação na produção: aumento da área plantada e dos rendimentos físicos
Estágio atual da lavoura: colheita encerrada
Rendimento médio: 1.200 kg/ha
Preço médio ao produtor: Cr$ 540,00/60 kg

MARANHÃO

Variação na área: +20%
Produção prevista: 1,3 milhão de t
Safra anterior: 1,1 milhão de t
Causas da variação na produção: aumento da área. A seca afetou a produtividade em algumas regiões
Estágio atual da lavoura: encerramento da colheita
Rendimento médio: 1.300 kg/ha
Preço médio ao produtor: Cr$ 450/60 kg
Obs.: Algumas importantes regiões produtoras estão sendo afetadas pela escassez de mão-de-obra

SÃO PAULO

Variação na área: –
Produção prevista: 420 mil t
Safra anterior: 365 mil t
Causas da variação na produção: melhor produtividade em razão de condições climáticas favoráveis
Estágio atual da lavoura: colheita encerrada
Rendimento médio: 1.300 kg/ha
Preço médio ao produtor: Cr$ 620/60 kg

ACOMPANHAMENTO DAS CULTURAS TEMPORÁRIAS

FEIJÃO

SAFRA DA SECA

Início da colheita: Centro-Sul: março/abril; Nordeste: março/junho
Pico da safra: Centro-Sul: maio/junho; Nordeste: distribuída no tempo
Produção prevista: CFP: 1,068/1,205 milhão de t
Produção da safra 1978/79: 1,148 milhão de t
Maior produção alcançada anteriormente: 2.676.225 t (em 1972, produção referente às duas safras do ano)
Causas da variação na produção: meteorologia adversa e más condições de plantio
Estágio atual da lavoura: na maioria dos estados produtores a colheita está sendo processada ou já terminou, à exceção da Bahia, onde o plantio registrou atraso significativo devido à estiagem
Fatores críticos neste estágio: chuvas podem afetar a produção nas áreas onde se processa a colheita; falta de chuvas pode afetar a produção nas áreas onde se está plantando ou onde a leguminosa estiver em desenvolvimento vegetativo.

Operações com EGF: 15.289 t

SITUAÇÃO NOS ESTADOS

MINAS GERAIS

Variação na área: +31%
Produção prevista: 174/187 mil t
Safra anterior: 154.300 t
Causas da variação na produção: aumento da área cultivada
Estágio atual da lavoura: colheita
Rendimento médio: 500 kg/ha
Preço médio ao produtor: Cr$ 2.000,00 a Cr$ 2.500,00/saca 60 kg

BAHIA

Variação na área: -21,6%
Produção prevista: 78,3 mil t
Safra anterior: 78 mil t
Causas da variação na produção: diminuição da área plantada em relação ao ano passado
Estágio atual da lavoura: plantio
Rendimento médio: 540 kg/ha
Preço médio ao produtor: –
Obs.: O plantio da safra (geralmente processado em abril/maio, atrasou em função da estiagem. Assim, o aumento esperado na área plantada foi prejudicado.

SÃO PAULO

Variação na área: +12%
Produção estimada: 124.000 t
Safra anterior: 117.400 t
Causas da variação na produção: aumento da área cultivada
Estágio atual da lavoura: colheita totalmente processada
Rendimento médio: 540 kg/ha
Preço médio ao produtor: Cr$2.000,00 saca 60 kg
Obs.: A produção atualmente estimada acusa quebra de 5% em relação à expectativa inicial

PARANÁ

Variação na área: +70%
Produção prevista: 40 mil t
Safra anterior: 50 mil t
Causas da variação na produção: meteorologia adversa; pragas e más condições de cultivo
Estágio atual da lavoura: colheita praticamente encerrada
Rendimento médio: 300 kg/ha
Preço médio ao produtor: Cr$1.600,00 a Cr$ 2.000,00 (saca de 60 kg)

ACOMPANHAMENTO DAS CULTURAS TEMPORÁRIAS

MILHO

BRASIL

Início da colheita: fevereiro
Pico da safra: junho
Produção prevista: 19,5 milhões de t
Produção da safra 1978/79: 16,46 milhões de t
Maior produção alcançada anteriormente: 19,12 milhões de t (safra 76/77)
Causas da variação na produção: maior área de plantio e recuperação dos níveis de produtividade
Estágio atual da lavoura: colheita (mais de 50% da área já colhidos)
Fatores críticos neste estágio: chuvas eventuais na região Centro-Oeste poderão dificultar a colheita. A seca já afetou a produção do Nordeste
Obs.: Governo deverá importar o produto dos EUA para suprir o déficit nordestino
Operações em EGF: 260.697 t
Operações em AGF: 201 t

SITUAÇÃO NOS ESTADOS

PARANÁ

Variação na área: +2,2%
Produção prevista: 5,1 milhões de t
Safra anterior: 4,17 milhões de t
Causas da variação na produção: boa produtividade da lavoura
Estágio atual da lavoura: colheita (cerca de 2/3 da área já colhidos)
Rendimento médio: 2.360 kg/ha
Preço médio ao produtor: Cr$ 280-300/sc 60 kg

RIO GRANDE DO SUL

Variação na área: +4,2%
Produção prevista: 3,19 milhões de t
Safra anterior: 1,81 milhão de t
Causas da variação na produção: ampliação do plantio e bom desenvolvimento da lavoura
Estágio atual da lavoura: colheita (65% da área já colhidos)
Rendimento médio: 1.714 kg/ha
Preço médio ao produtor: Cr$ 310-320/sc 60 kg

MINAS GERAIS

Variação na área: +9%
Produção prevista: 3 milhões de t
Safra anterior: 2,6 milhões de t
Causas da variação na produção: incremento na área de plantio
Estágio atual da lavoura: colheita (mais de 1/3 da área já colhidos)
Rendimento médio: 1.720 kg/ha
Preço médio ao produtor: Cr$ 280-290/sc 60 kg

SANTA CATARINA

Variação na área: +18,7%
Produção prevista: 2,88 milhões de t
Safra anterior: 1,71 milhão de t
Causas da variação na produção: expressiva ampliação da área e da produtividade
Estágio atual da lavoura: colheita (mais de 60% da área já colhidos)
Rendimento médio: 2.500 kg/ha
Preço médio ao produtor: Cr$ 300-310/sc 60 kg

SÃO PAULO

Variação na área: +2%
Produção prevista: 2,68 milhões de t
Safra anterior: 2,28 milhões de t
Causas da variação na produção: maior produtividade e ligeiro crescimento do plantio
Estágio atual da lavoura: colheita (3/4 da área já colhidos)
Rendimento médio: 2.463 kg/ha
Preço médio ao produtor: Cr$ 290-300/sc 60 kg

GOIÁS

Variação na área: -4,4%
Produção prevista: 1,6 milhão de t
Safra anterior: 1,78 milhão de t
Causas da variação na produção: redução da área e da produtividade
Estágio atual da lavoura: colheita (mais de 30% da área já colhidos)
Rendimento médio: 1.993 kg/ha
Preço médio ao produtor: Cr$ 260-270/sc 60 kg

ACOMPANHAMENTO DAS CULTURAS TEMPORÁRIAS

SOJA

BRASIL

Início da colheita: fevereiro
Pico da safra: março/abril
Produção prevista: 14,8 milhões de t
Produção da safra 1978/79: 10,2 milhões de t
Maior produção alcançada anteriormente: 12,5 milhões de t (safra 1976/77)
Causas da variação na produção: recuperação de rendimentos normais após dois anos de frustração de safra
Estágio atual da lavoura: colheita encerrada
Fatores críticos neste estágio: –
Operações em EGF: 2.460.044 t
Operações em AGF: 11.577 t

SITUAÇÃO NOS ESTADOS

RIO GRANDE DO SUL

Variação na área: -4%
Produção prevista: 5,6 milhões de t
Safra anterior: 3,6 milhões de t
Causas da variação na produção: recuperação da produção após uma safra prejudicada pela seca
Estágio atual da lavoura: colheita encerrada
Rendimento médio: 1.474 kg/ha
Preço médio ao produtor: Cr$ 530/sc 60 kg

PARANÁ

Variação na área: +3,4%
Produção prevista: 5,42 milhões de t
Safra anterior: 4,05 milhões de t
Causas da variação na produção: clima favorável
Estágio atual da lavoura: colheita encerrada
Rendimento médio: 2.240 kg/ha
Preço médio ao produtor: Cr$ 500/sc 60 kg

MATO GROSSO DO SUL

Variação na área: +36%
Produção prevista: 1,27 milhão de t
Safra anterior: 827 mil t
Causas da variação na produção: expansão da área plantada
Estágio atual da lavoura: colheita encerrada
Rendimento médio: 1.600 kg/ha
Preço médio ao produtor: Cr$ 490/sc 60 kg

SÃO PAULO

Variação na área: +5%
Produção prevista: 1,05 milhão de t
Safra anterior: 850 mil t
Causas da variação na produção: clima favorável
Estágio atual da lavoura: colheita encerrada
Rendimento médio: 1.875 kg/ha
Preço médio ao produtor: Cr$ 500/sc 60 kg

ACOMPANHAMENTO DAS CULTURAS TEMPORÁRIAS

TRIGO

BRASIL

Início da colheita: setembro
Pico da safra: outubro/novembro
Produção prevista: 2,6 a 2,9 milhões de t
Produção da safra 1978/79: 2,9 milhões de t
Maior produção alcançada anteriormente: 3,2 milhões de t – safra de 1976
Causas da variação na produção: redução na área plantada, principalmente no RS onde se verificou violenta frustração em 1979
Estágio atual da lavoura: plantio encerrado em Mato Grosso do Sul, São Paulo, Norte e Oeste paranaenses, plantio se iniciando no Sul do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul
Fatores críticos neste estágio: geadas nas áreas em que o plantio terminou; falta de chuvas naquelas onde o plantio se inicia

SITUAÇÃO NOS ESTADOS

PARANÁ

Variação na área: -9%
Produção prevista: 1,4 milhão de t
Safra anterior: 1,6 milhão de t
Causas da variação na produção: redução da área plantada em função do atraso na liberação dos Valores Básicos de Custeio e do Preço de Garantia
Estágio atual da lavoura: perfilhamento, emborrachamento
Rendimento médio: 1.000 kg/ha
Preço médio ao produtor: –

RIO GRANDE DO SUL

Variação na área: -50% a -40%
Produção prevista: 1 a 1,2 milhão de t
Safra anterior: 963 mil t
Causas da variação na produção: grave frustração da safra de 1979
Estágio atual da lavoura: plantio e germinação
Rendimento médio: 1.000 kg/ha
Preço médio ao produtor: –

SÃO PAULO

Variação na área: -25%
Produção prevista: 140 a 160 mil t
Safra anterior: 190 mil t
Causas da variação na produção: atrasos na liberação dos Valores Básicos de Custeio e do Preço de Garantia, causaram redução na área plantada
Estágio atual da lavoura: emborrachamento e espigamento
Rendimento médio: 1.000 kg/ha
Preço médio ao produtor: –

MATO GROSSO DO SUL

Variação na área: –
Produção prevista: 110 mil t
Safra anterior: 70 mil t
Causas da variação na produção: recuperação de rendimentos normais, caso não ocorram problemas climáticos
Estágio atual da lavoura: emborrachamento e espigamento
Rendimento médio: 1.000 kg/ha
Preço médio ao produtor: –

PREÇOS NO MERCADO EXTERNO

GUIA DE LEITURA
Sugere–se que a leitura obedeça a seguinte ordem:
1º – Posição da última quinzena
2º – Comparação percentual com o passado (Posição de um ano antes e Posição de um mês antes)
3º – Comportamento dos futuros
4º – Perspectivas dos próximos 30 dias com seus respectivos fatores ponderáveis.

PREÇO / PRODUTO	Posição real* um ano antes	Posição nominal um mês antes	Posição da última quinzena	Posição Nominal de Futuros 80 jul / 80 set / 80 nov / 81 jan / 81 mar / 81 mai / 81 jul	Perspectivas dos próximos 30 dias	Fatores Ponderáveis
AÇÚCAR RAW MERC.–N.YORK US ¢/lb–peso Fonte : Unicom News	-72%	-3%	33,40 (jul)	+6% / +5%		Recente estimativa da F.O. Licht indica aumento de 3,9 milhões de t na produção mundial de 1980/81 sobre a safra anterior. Devido principalmente, do bom desempenho das safras do Brasil e da Índia.
ALGODÃO 1-1/16"M-Memphis MERC.–N.YORK US¢/lb–peso Fonte : Unicom News	+3%	+11%	72,47	+2% / +3%		Esfriamento das compras internacionais e previsão de safra mundial tão elevada quanto a anterior deverão recompor os estoques a níveis normais.
CACAU BAHIA MERC.–N.YORK US ¢/lb–peso Fonte : Unicom News	+59%	+7%	104,44 (jul)	+5% / +18%		Repasse dos estoques da Costa do Marfim para os países consumidores não foi suficiente para promover a sustentação do mercado.
CAFÉ SANTOS MERC. – N.YORK US ¢/lb–peso Fonte : Unicom News	+18%	+12%	176,52 (jul)	+7% / +3%		Afirma-se, no mercado, que a PANCAFÉ voltará a comprar contratos de curto prazo, tentanto sustentá-los. No entanto, as condições climáticas no Sul do Brasil continuarão a determinar fortemente as flutuações das cotações.

* **Valores deflacionados pelo IPA norte–americano, do INTERNATIONAL FINANCIAL STATISTICS – FMI; para os preços futuros, usa–se a média ponderada dos deflatores dos últimos três anos.**

Agroanalysis, 4(7): 27-38, julho/1980

As informações e perspectivas aqui apresentadas se baseiam em fontes fidedignas e em cuidadosas análises de cada mercado, cujo grau de precisão e integridade, entretanto, o GIA não pode garantir. Nossas opiniões sobre as perspectivas de mercado são, por sua natureza subjetiva, sujeitas a mudança, independentemente da ocorrência de novos fatores ponderáveis. Sugerimos contato com nossos técnicos para qualquer esclarecimento ou troca de opiniões. (ver 1ª contracapa).

PREÇO / PRODUTO	Posição real* um ano antes	Posição nominal um mês antes	Posição da última quinzena	Posição Nominal de Futuros 80 jul / 80 set / 80 nov / 81 jan / 81 mar / 81 mai / 81 jul	Perspectivas dos próximos 30 dias	Fatores Ponderáveis
MILHO TWO YELLOW MERC. – CHICAGO US ¢/bushel Fonte.: Unicom News	+18%	-3%	271,72	+4% / +17%	↘	– USDA revela falta de umidade em algumas regiões do 'Corn Belt' norte-americano. – Governo dos EUA eleva a "loan rate" em 10% para garantir preços internos.
SOJA - GRÃO ONE YELLOW MERC. – CHICAGO US ¢/bushel Fonte : Unicom News	+41%	-3%	621,13	+2% / +16%	↘	Enfraquecimento do embargo de grãos à URSS, juntamente com maiores estimativas de consumo da soja norte-americana.
SOJA FARELO MERC. – CHICAGO US$/T. Fonte : Unicom News	+48%	+2%	163,30	+6% / +21%	↘	Perspectivas de compras por parte de países do Leste Europeu, ou, até mesmo, pela URSS.
TRIGO SOFT RED MERC. – CHICAGO US ¢/bushel Fonte : Unicom News	+23%	+1%	405,53	+2% / +15%	↘	Alguns problemas climáticos na safra canadense, além de maiores compras por parte da China.

* Valores deflacionados pelo IPA norte-americano, do INTERNATIONAL FINANCIAL STATISTICS – FMI; para os preços futuros, usa-se a média ponderada dos deflatores dos últimos três anos.

PREÇOS NO MERCADO INTERNO

GUIA DE LEITURA
Sugere-se que a leitura obedeça a seguinte ordem:
1º – Posição da última quinzena
2º – Comparação percentual com o passado (Posição de um ano antes e Posição de um mês antes)
3º – Perspectivas dos próximos 30 dias com seus respectivos fatores ponderáveis.

PREÇO / PRODUTO	Posição real* um ano antes	Posição real * um mês antes	Posição da última quinzena	Perspectivas dos próximos 30 dias	Fatores Ponderáveis
ALGODÃO Tipo 6–Sul do BR MERC. – SP Cr$/15 kg Fonte: Bolsa de Cereais de SP	-19%	+7%	1.096,00	↗	Maioria das indústrias satisfatoriamente supridas até agosto/setembro e vencimento da primeira parcela de EGF em julho adiam compras.
ARROZ Amarelão-Est. Cen. MERC. – SP Cr$/sc. 60 kg Fonte: Bolsa de Cereais de SP	+2%	+3%	1.300,00	↗	– Reativação do mercado nas regiões em que as operações estiveram paralisadas, sustentará os preços, em termos nominais. – Entrada da safra.
CAFÉ Tipo 7/8 MERC. – RJ Cr$/sc 60 kg Fonte: Cent. do Com. de Café do RJ	+11%	+17%	4.840,00	→	CMN autorizou o fornecimento de 647 mil sacas do estoque do IBC aos torrefadores, objetivando conter o preço no varejo.
BOI GORDO – MERC. – Pres. Prud. Cr$/arroba Fonte: IEA–SP	+6%	+4%	1.170,00	↘	Entressafra: ainda que a taxas menores que o período correspondente em 79, as cotações devem se elevar em valor real.

* **Valores deflacionados pelo IGP, col. 2, CONJUNTURA ECONÔMICA – FGV**

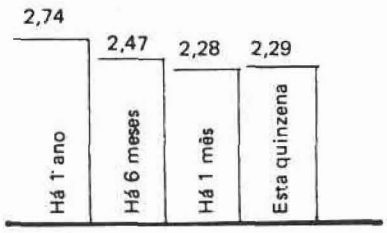
As informações e perspectivas aqui apresentadas se baseiam em fontes fidedignas e em cuidadosas análises de cada mercado, cujo grau de precisão e integridade, entretanto, o GIA não pode garantir. Nossas opiniões sobre as perspectivas de mercado são, por sua natureza subjetiva, sujeitas a mudança, independentemente da ocorrência de novos fatores ponderáveis. Sugerimos contato com nossos técnicos para qualquer esclarecimento ou troca de opiniões. (ver 1ª contracapa).

PREÇO / PRODUTO	Posição real* um ano antes	Posição real * um mês antes	Posição da última quinzena	Perspectivas dos próximos 30 dias	Fatores Ponderáveis
FEIJÃO Preto Comum MERC. – SP Cr$/sc. 60 kg Fonte: Bolsa de Cereais de SP			sem cotação		Quebra da safra, em que pese a entrada da mesma, sustenta as cotações de feijões de cores no mercado atacadista de SP.
FRANGO Vivo MERC. – SP Cr$/kg Fonte: APA	+3%	+5%	30,30	↗	Demanda em expansão sazonal.
MILHO Amarelo Semi-duro MERC. – SP Cr$/60 kg Fonte: Bolsa de Cereais de SP	-23%	-8%	360,00	↗	– Produtores retêm o produto à espera de preços melhores. – Consumo interno em franca expansão poderá alcançar 19,5 milhões de t.
SOJA-GRÃO Industrial MERC. – SP Cr$/60 kg Fonte: Bolsa de Cereais de SP	+33%	+2%	551,50	↗	Menor comercialização do produto, em função da disponibilidade de matéria-prima por parte do parque de esmagamento.

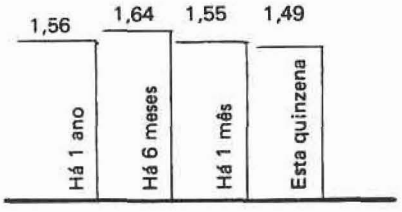
* Valores deflacionados pelo IGP, col. 2, CONJUNTURA ECONÔMICA – FGV

PREÇOS RELATIVOS – MERCADO EXTERNO

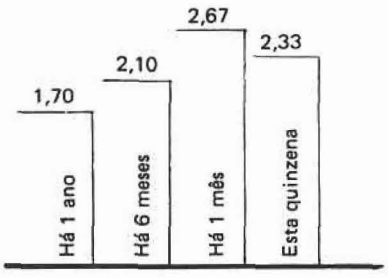
Soja / Milho



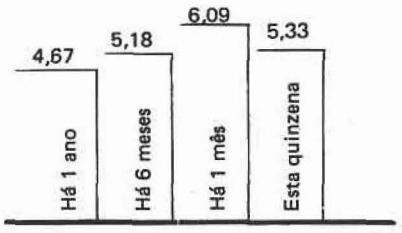
Trigo / Milho



Algodão / Soja



Algodão / Milho

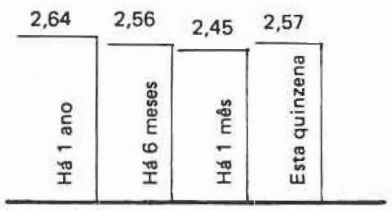


FONTES – Algodão: Reuters, Cotton World Statistics. Soja, Milho e Trigo: Reuters, Commodity Year Book.

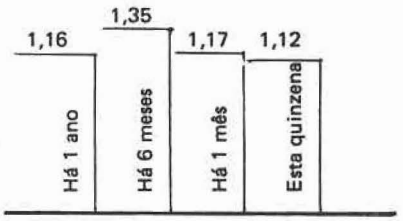
NOTA: Praticamente inalterado, esta quinzena, o preço relativo soja/milho frente àquele de há um mês. *** A confirmação dos números esperados para a safra mundial de trigo levou a que a cotação do produto se mantivesse em nível praticamente estável durante a quinzena. *** A reação do preço internacional da soja frente à expectativa de suspensão do embargo norte-americano à venda de grãos à URSS (aumento de 3,4% durante a última quinzena) aliada à queda de 9,7% no preço do algodão, responde pelo atual nível do preço relativo algodão/soja, 12,7% abaixo daquele de um mês antes. *** O mercado internacional do milho tem-se mostrado aquecido ultimamente, devido não só às aquisições do cereal norte-americano pela Commodities Credit Corporation, como também pela verificação de teor de umidade abaixo do normal em certas regiões do 'Corn Belt' norte-americano, gerando ganho de 3,2% em seu preço. Por seu turno, o desaquecimento da procura internacional por algodão colaborou para a desvalorização de seu preço na presente quinzena. Estes dois fatores justificam, desta maneira, o atual preço relativo algodão/milho, 12,5% inferior àquele de um mês antes.

PREÇOS RELATIVOS – MERCADO INTERNO

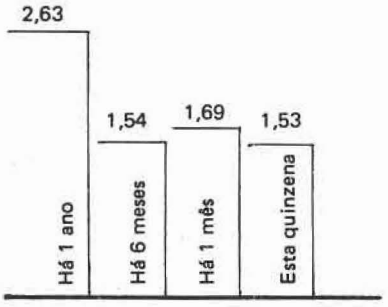
Boi Gordo / Frango Vivo



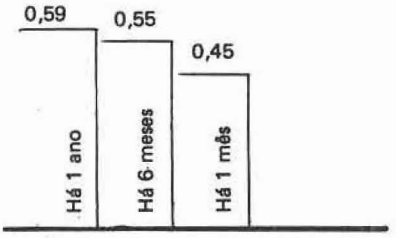
Frango Vivo / Ração Ave Corte



Soja / Milho



Feijão Preto / Feijão a Cores



FONTES – Boi Gordo: IEA-Sec. Agric. SP. Frango Abatido e Ração Ave Corte: IEA-Sec. Agric. SP e APA. Feijão Preto, Feijão a Cores, Soja e Milho: Bolsa de Cereais de SP.

*** Esta quinzena, o preço relativo boi gordo/frango vivo registra acréscimo de 4,9% em relação àquele de um mês antes, impulsionado pelo aumento de 6,3% observado na cotação da arroba do boi no período. A entressafra bovina, aliada à diminuição dos abates (no primeiro semestre) em relação a igual período do ano passado vem implicando menor disponibilidade do produto, aquecendo-lhe as cotações no mercado interno. *** O nível alcançado pelo atual preço relativo frango vivo/ração (17,0% inferior àquele de há 6 meses) reflete o impacto causado pela contraposição dos aumentos continuados do preço da ração para ave de corte no período (36,6%) àqueles observados no preço da ave viva (13,1%). Assim, o primeiro semestre do presente ano caracterizou-se como época de prejuízo à avicultura de corte, embora tenha ocorrido uma redução na safra de carne bovina no período. *** O aumento de 15,4% da cotação do milho durante a última quinzena, descaracterizando a esperada abundância da safra do cereal e deixando transparecer a grande demanda pelo produto por parte das indústrias de rações, justifica a queda de 9,5% verificada no preço relativo soja/milho desta quinzena frente àquele de há um mês. Paralelamente, também a demanda pela soja destinada ao fabrico de rações vem aumentando, o que justifica o incremento de 4,6% observado em seu preço durante a quinzena. *** A suspensão do tabelamento do feijão preto no atacado e sua manutenção a nível de varejo, tendo implicado a ausência de sua cotação na Bolsa de Cereais de São Paulo, explica a inexistência do preço relativo feijão preto/feijão de cores esta quinzena.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Entidade de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, instituída em 20 de dezembro de 1944 como pessoa jurídica de direito privado, visando ao estudo dos problemas de organização racional do trabalho, especialmente nos seus aspectos administrativos e social e à conformidade de seus métodos às condições do meio brasileiro.

Sede: Praia de Botafogo, 190 – Caixa Postal: 9.052 – ZC–02
Tel.: 266–1512
CEP: 22.250 – Rio de Janeiro – R J

Presidente: Luiz Simões Lopes
Superintendente Geral: Roberto Hermeto Corrêa da Costa

CONSELHO DIRETOR
Presidente: Luiz Simões Lopes
Vice-Presidente: Jorge Oscar de Mello Flôres
Membros: Alberto Sá Souza de Brito Pereira, Carlos Medeiros Silva, Eugenio Gudin, Francisco Oswaldo Neves Dornelles, José Joaquim de Sá Freire Alvim e Octávio Gouvêa de Bulhões

CONSELHO CURADOR
Presidente: Alberto Pires Amarante
Vice-Presidente: João Carlos Vital
Membros: Aldo Batista Franco, Alzira Vargas do Amaral Peixoto, Antônio Garcia de Miranda Neto, Antônio Ribeiro França Filho, Apolônio Jorge de Faria Salles, Celso Timponi, Cezar Reis de Cantanhede e Almeida, Estado de São Paulo, Francisco Montojos, Heitor Campello Duarte, Henrique Domingos Ribeiro Barbosa, Instituto de Resseguros do Brasil, José de Nazaré Teixeira Dias, Embaixador Manoel Pio Corrêa Jr., Moacyr Velloso Cardoso de Oliveira, Paulo de Tarso Leal, Rafael da Silva Xavier, Rubens d'Almada Horta Pôrto, Theodoro Arthou.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

COMISSÃO DIRETORA
Presidente: Octávio Gouvêa de Bulhões
Vice-Presidente: Mario Henrique Simonsen
Membros: Eugenio Gudin, Janes Angelo de Souza, Julian Magalhães Chacel e Mario Henrique Simonsen
Assessor de Direção: Jorge Kingston

DEPARTAMENTO DE ENSINO:
Diretor da Escola de Pós-Graduação em Economia: Mario Henrique Simonsen

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PESQUISAS:
Diretor: Julian Magalhães Chacel

Divisão de Contabilidade Social:
Diretor, em exercício: Janes Angelo de Souza
Centro de Contas Nacionais: Ralph Miguel Zerkowski
Centro de Estudos Fiscais: Margaret Hanson Costa
Centro de Estudos Industriais: Eden Gonçalves de Oliveira

Divisão de Estatística e Econometria:
Diretor: Janes Angelo de Souza
Centro de Estudos Agrícolas: Sylvio Wanick Ribeiro
Centro de Estatística Econômica: Roberto Maia de C. Abib
Centro de Processamento de Dados – Eugênio Decourt
Centro de Estudos Monetários e de Economia Internacional – Antônio Carlos Lemgruber